

Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas 3T26

Conteúdo

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR 1
Balanços patrimoniais 3
Demonstrações do resultado controladora 4
Demonstrações do resultado consolidado 5
Demonstrações do resultado abrangente 6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 7
Demonstrações dos fluxos de caixa 8
Demonstrações do valor adicionado 9
1. Contexto operacional 10
2. Base de elaboração e apresentação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas 12
3. Políticas contábeis 14
4. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos 15
5. Caixa e equivalentes de caixa 23
6. Títulos e valores mobiliários 24
7. Contas a receber 25
8. Estoques 29
9. Tributos a recuperar 31
10. Imposto de renda e contribuição social 34
11. Investimentos 36
12. Imobilizado 37
13. Intangível 38
14. Redução ao valor recuperável (Impairment) 40
15. Arrendamentos 41
16. Fornecedores 45
17. Empréstimos e debêntures 47
18. Obrigações trabalhistas 50
19. Tributos a recolher 50
20. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais 51
21. Outros passivos 54
22. Patrimônio líquido 54
23. Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (JSCP) 56
24. Partes relacionadas 57
25. Plano de remuneração baseado em ações 59
26. Receita líquida 61
27. Resultado por natureza 62
28. Resultado financeiro 64
29. Informações por segmentos 65
30. Seguros contratados 67
31. Plano de aposentadoria 67
32. Resultado por ação 68
33. Transações que não envolveram caixa e equivalentes de caixa 69
34. Eventos subsequentes 69

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
C&A Modas S.A.
Barueri - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da C&A Modas S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sem ressalva sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

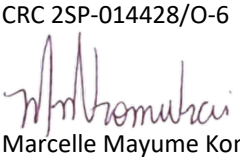
Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2025 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 24 de fevereiro de 2026 sem modificação e às demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado e do resultado abrangente dos períodos de três e nove meses e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses do trimestre findo em 30 de setembro de 2025 foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 04 de novembro de 2025, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 04 de novembro de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6



Marcelle Mayume Komukai

Contador CRC 1SP249703/O-5

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

C&A Modas S.A.

Balanços patrimoniais
Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025



(Em milhares de reais – R$)

	Nota	Controladora 30/09/2026	Controladora 31/12/2025	Consolidado 30/09/2026	Consolidado 31/12/2025
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	**473.843**	748.512	**501.700**	774.521
Títulos e valores mobiliários	6	**-**	-	**225.282**	268.854
Títulos e valores mobiliários - FIDC	6	**685.123**	-	**-**	-
Contas a receber	7	**572.898**	962.127	**1.342.685**	1.753.283
Estoques	8	**1.292.524**	1.154.866	**1.292.524**	1.154.866
Tributos a recuperar	9	**705.478**	459.615	**706.196**	460.232
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		**2.431**	101.257	**10.959**	109.312
Derivativos	4	**14**	2.552	**14**	2.552
Outros ativos		**66.630**	36.172	**66.908**	36.209
Total do ativo circulante		**3.798.941**	3.465.101	**4.146.268**	4.559.829
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários - FIDC	6	**-**	757.850	**-**	-
Tributos diferidos	10	**559.659**	529.421	**514.904**	489.748
Tributos a recuperar	9	**518.468**	791.364	**518.468**	791.364
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		**26.964**	-	**26.964**	-
Depósitos judiciais	20	**94.335**	91.358	**94.336**	91.360
Outros ativos		**4.525**	4.615	**4.525**	4.615
Total do ativo realizável a longo prazo		**1.203.951**	2.174.608	**1.159.197**	1.377.087
Investimentos	11	**253.028**	254.986	**-**	-
Imobilizado	12	**1.186.764**	1.057.438	**1.186.764**	1.057.438
Direito de uso – arrendamento mercantil	15	**1.515.462**	1.474.548	**1.515.462**	1.474.548
Intangível	13	**778.988**	849.731	**778.988**	849.731
Total do ativo não circulante		**4.938.193**	5.811.311	**4.640.411**	4.758.804
Total do ativo		**8.737.134**	**9.276.412**	**8.786.679**	9.318.633

	Nota	Controladora 30/09/2026	Controladora 31/12/2025	Consolidado 30/09/2026	Consolidado 31/12/2025
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	16	**1.215.641**	1.318.136	**1.229.499**	1.324.832
Obrigações de risco sacado	16	**265.165**	421.205	**265.165**	421.205
Empréstimos e debêntures	17	**611.505**	139.796	**611.505**	139.796
Arrendamentos	15	**356.141**	372.743	**356.141**	372.743
Obrigações trabalhistas	18	**247.982**	290.811	**250.294**	293.617
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	23	**-**	139.779	**-**	139.779
Tributos a recolher	19	**60.495**	281.077	**61.766**	283.456
Imposto de renda e contribuição social a recolher		**58.939**	93.501	**67.587**	102.521
Derivativos	4	**3.134**	1.760	**3.134**	1.760
Outros passivos	21	**14.480**	17.220	**35.789**	36.452
Total do passivo circulante		**2.833.482**	3.076.028	**2.880.880**	3.116.161
Não circulante					
Empréstimos e debêntures	17	**312.880**	820.676	**312.880**	820.676
Arrendamentos	15	**1.456.705**	1.407.500	**1.456.705**	1.407.500
Obrigações trabalhistas	18	**11.503**	16.152	**11.503**	16.152
Tributos a recolher	19	**1.828**	14.325	**1.828**	14.325
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20	**128.548**	184.468	**130.691**	186.554
Outros passivos	21	**52.325**	50.209	**52.328**	50.209
Total do passivo não circulante		**1.963.789**	2.493.330	**1.965.935**	2.495.416
Total do passivo		**4.797.271**	5.569.358	**4.846.815**	5.611.577
Patrimônio líquido					
Capital social	22	**1.847.177**	1.847.177	**1.847.177**	1.847.177
Ações em tesouraria	22	**(114.717)**	(48.190)	**(114.717)**	(48.190)
Reserva de capital		**-**	39.243	**-**	39.243
Reserva de lucros	22	**1.868.222**	1.868.222	**1.868.222**	1.868.222
Ajustes de avaliação patrimonial		**(1.461)**	602	**(1.461)**	602
Lucros acumulados		**340.642**	-	**340.642**	-
Total participação de controladores		**3.939.863**	3.707.054	**3.939.863**	3.707.054
Participação dos acionistas não controladores		**-**	-	**1**	2
Total do patrimônio líquido		**3.939.863**	3.707.054	**3.939.864**	3.707.056
Total do passivo e do patrimônio líquido		**8.737.134**	9.276.412	**8.786.679**	9.318.633

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

C&A Modas S.A.

Demonstrações do resultado controladora
Trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2026 e 2025
(Em milhares de reais - R$, exceto o resultado por ação)

		Controladora			
		Trimestre findo		Período findo	
	Nota	01/07/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2026 a 30/09/2026	01/01/2025 a 30/09/2025
Receita líquida	26	**1.797.795**	1.780.415	**5.355.224**	5.315.837
Venda de mercadorias e serviços		**1.792.997**	1.773.694	**5.339.902**	5.263.250
Produtos e serviços financeiros		**4.798**	6.721	**15.322**	52.587
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados		**(834.609)**	(834.931)	**(2.424.842)**	(2.466.446)
Venda de mercadorias e serviços		**(834.609)**	(834.880)	**(2.424.842)**	(2.466.282)
Produtos e serviços financeiros		**-**	(51)	**-**	(164)
Lucro bruto		**963.186**	945.484	**2.930.382**	2.849.391
(Despesas) e receitas operacionais:					
Vendas	27	**(641.170)**	(595.404)	**(1.910.823)**	(1.791.209)
Gerais e administrativas	27	**(235.021)**	(233.658)	**(695.617)**	(702.681)
Equivalência patrimonial	11	**3.272**	17.035	**24.648**	44.471
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	**175.969**	1.827	**240.414**	159.801
Lucro antes do resultado financeiro		**266.236**	135.284	**589.004**	559.773
Resultado de variação cambial		**(6.110)**	(5.320)	**(802)**	(6.696)
Despesas financeiras		**(130.921)**	(155.591)	**(405.979)**	(481.657)
Receitas financeiras		**54.278**	62.913	**133.750**	178.911
Resultado FIDC C&A Pay		**61.507**	31.074	**157.386**	92.874
Resultado financeiro líquido	28	**(21.246)**	(66.924)	**(115.645)**	(216.568)
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		**244.990**	68.360	**473.359**	343.205
Corrente	10	**(59.339)**	(19.048)	**(152.573)**	(50.310)
Diferido	10	**(15.396)**	20.158	**29.063**	(19.038)
Imposto de renda e contribuição social		**(74.735)**	1.110	**(123.510)**	(69.348)
Lucro líquido do período		**170.255**	69.470	**349.849**	273.857

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

C&A Modas S.A.

Demonstrações do resultado consolidado
Trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2026 e 2025
(Em milhares de reais - R$, exceto o resultado por ação)

	Nota	Consolidado			
		Trimestre findo		Período findo	
		01/07/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2026 a 30/09/2026	01/01/2025 a 30/09/2025
Receita líquida	26	**1.882.958**	1.840.861	**5.584.871**	5.511.406
Venda de mercadorias e serviços		**1.795.741**	1.774.911	**5.343.175**	5.263.392
Produtos e serviços financeiros		**87.217**	65.950	**241.696**	248.014
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados		**(834.609)**	(834.931)	**(2.424.841)**	(2.466.601)
Venda de mercadorias e serviços		**(834.609)**	(834.880)	**(2.424.841)**	(2.466.282)
Produtos e serviços financeiros		**-**	(51)	**-**	(319)
Lucro bruto		**1.048.349**	1.005.930	**3.160.030**	3.044.805
(Despesas) e receitas operacionais:					
Vendas	27	**(644.173)**	(596.324)	**(1.918.632)**	(1.799.930)
Gerais e administrativas	27	**(235.337)**	(233.968)	**(696.614)**	(703.616)
Perdas em créditos, líquida	7.3	**(40.872)**	(27.824)	**(108.350)**	(97.617)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	**175.969**	1.827	**240.414**	159.016
Lucro antes do resultado financeiro		**303.936**	149.641	**676.848**	602.658
Resultado de variação cambial		**(6.110)**	(5.320)	**(802)**	(6.696)
Despesas financeiras		**(114.011)**	(137.570)	**(352.881)**	(434.318)
Receitas financeiras		**63.219**	70.433	**163.818**	204.338
Resultado financeiro líquido	28	**(56.902)**	(72.457)	**(189.865)**	(236.676)
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		**247.034**	77.184	**486.983**	365.982
Corrente	10	**(62.136)**	(21.561)	**(161.221)**	(55.819)
Diferido	10	**(14.646)**	13.848	**24.086**	(36.308)
Imposto de renda e contribuição social		**(76.782)**	(7.713)	**(137.135)**	(92.127)
Lucro líquido do período		**170.252**	69.471	**349.848**	273.855
Atribuível aos acionistas:					
Não controladores		**(3)**	1	**(1)**	(2)
Controladores		**170.255**	69.470	**349.849**	273.857
Lucro básico por ação – em R$	32	**0,5732**	0,2293	**1,1637**	0,9041
Lucro por ação diluído - em R$	32	**0,5710**	0,2238	**1,1513**	0,8824

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

C&A Modas S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2026 e 2025
(Em milhares de reais - R$)

		Controladora			
		Trimestre findo		Período findo	
	Nota	01/07/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2026 a 30/09/2026	01/01/2025 a 30/09/2025
Lucro líquido do período		**170.255**	69.470	**349.849**	273.857
Outros resultados abrangentes:					
Resultados com derivativos		**(518)**	2.313	**(3.455)**	(23.219)
Outros resultados abrangentes	(a)	**159**	330	**233**	(29)
Efeitos tributários		**166**	(787)	**1.159**	7.895
Total de resultado abrangente a ser reclassificado para resultado do exercício em períodos subsequentes, líquidos dos tributos		**(193)**	1.856	**(2.063)**	(15.353)
Total do resultado abrangente		**170.062**	71.326	**347.786**	258.504

(a) Valor refere-se ao ajuste de marcação a mercado das Letras Financeiras do Tesouro da C&A Pay SCD.

		Consolidado			
		Trimestre findo		Período findo	
	Nota	01/07/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2026 a 30/09/2026	01/01/2025 a 30/09/2025
Lucro líquido do período		**170.252**	69.471	**349.848**	273.855
Outros resultados abrangentes:					
Resultados com derivativos		**(518)**	2.313	**(3.455)**	(23.472)
Outros resultados abrangentes	(a)	**159**	330	**233**	(29)
Efeitos tributários		**166**	(787)	**1.159**	8.148
Total de resultado abrangente a ser reclassificado para resultado do exercício em períodos subsequentes, líquidos dos tributos		**(193)**	1.856	**(2.063)**	(15.353)
Resultado abrangente atribuível aos acionistas:					
Não controladores		**(3)**	1	**(1)**	(2)
Controladores		**170.062**	71.326	**347.786**	258.504
Total do resultado abrangente		**170.059**	71.327	**347.785**	258.502

(a) Valor refere-se ao ajuste de marcação a mercado das Letras Financeiras do Tesouro da C&A Pay SCD.

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

C&A Modas S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Período de nove meses findos em 30 de setembro de 2026 e 2025
(Em milhares de reais - R$)

	Nota	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de capital	Reserva de lucro				Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total controla-dores	Participação de não contro-ladores	Total do patrimônio líquido
				Reservas de capital	Reserva legal	Reservas de lucros a realizar	Reservas de incentivos fiscais	Reserva para investimento					
Em 31 de dezembro de 2024		**1.847.177**	**(34.365)**	**49.287**	**87.832**	**75.720**	**36.677**	**1.238.905**	**7.251**	**-**	**3.308.484**	**4**	**3.308.488**
Instrumentos patrimoniais outorgados - Remuneração baseada em ações		-	-	17.114	-	-	-	-	-	-	17.114	-	17.114
Recompra de ações	22.2	-	(36.039)	-	-	-	-	-	-	-	(36.039)	-	(36.039)
Ações liquidadas (i)	22.2	-	22.214	(33.445)	-	-	-	-	-	-	(11.231)	-	(11.231)
Destinação do resultado:													
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	-	273.857	273.857	(2)	273.855
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	(15.354)	-	(15.354)	-	(15.354)
Em 30 de setembro de 2025		**1.847.177**	**(48.190)**	**32.956**	**87.832**	**75.720**	**36.677**	**1.238.905**	**(8.103)**	**273.857**	**3.536.831**	**2**	**3.536.833**
Em 31 de dezembro de 2025		**1.847.177**	**(48.190)**	**39.243**	**117.186**	**75.720**	**36.677**	**1.638.639**	**602**	**-**	**3.707.054**	**2**	**3.707.056**
Instrumentos patrimoniais outorgados - Remuneração baseada em ações		**-**	**-**	**9.609**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**9.609**	-	**9.609**
Recompra de ações	22.2	**-**	**(108.522)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(108.522)**	-	**(108.522)**
Ações liquidadas (i)	22.2	**-**	**41.995**	**(58.059)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(16.064)**	-	**(16.064)**
Liquidação de planos de remuneração baseada em ações - retenção de IRRF e absorção de excedente		**-**	**-**	**9.207**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(9.207)**	**-**	**-**	**-**
Destinação do resultado:													
Lucro líquido do período		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**349.849**	**349.849**	(1)	**349.848**
Outros resultados abrangentes		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(2.063)**	**-**	**(2.063)**	**-**	**(2.063)**
Em 30 de setembro de 2026		**1.847.177**	**(114.717)**	**-**	**117.186**	**75.720**	**36.677**	**1.638.639**	**(1.461)**	**340.642**	**3.939.863**	**1**	**3.939.864**

(i) Em abril de 2025 e junho de 2026 foram liquidadas as ações do plano de remuneração plano de 2022 e 2023, respectivamente. (vide movimentação na nota 25).

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

C&A Modas S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Período de nove meses findos em 30 de setembro de 2026 e 2025
(Em milhares de reais - R$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		**473.359**	343.205	**486.983**	365.982
Ajuste para reconciliar o lucro líquido do período ao caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Constituição para perdas de crédito esperadas	7	**7**	77	**97.710**	93.031
Constituição para perdas nos estoques	8	**86.535**	69.237	**86.535**	69.237
Atualização e reconhecimento de créditos tributários	9	**(281.174)**	(54.219)	**(281.174)**	(54.219)
Equivalência patrimonial	11	**(24.648)**	(44.471)	**-**	-
Depreciação e amortização	12 e 13	**276.314**	255.955	**276.314**	255.955
Amortização do direito de uso	15	**286.894**	279.374	**286.894**	279.374
Juros, variações monetárias e cambiais		**254.136**	339.472	**246.855**	313.002
Constituição (reversão) de provisão para perdas de riscos tributários, cíveis e trabalhistas		**(30.492)**	33.435	**(30.375)**	33.685
Outros		**16.687**	17.816	**13.414**	17.816
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais					
Contas a receber		**394.792**	476.959	**321.731**	503.939
Estoques		**(222.008)**	(221.856)	**(222.008)**	(221.856)
Tributos a recuperar		**166.401**	258.581	**165.827**	253.120
Depósitos judiciais		**2.079**	57.636	**2.080**	57.641
Outros ativos		**(30.368)**	(36.702)	**(30.609)**	(36.918)
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais					
Fornecedores		**(63.403)**	(76.335)	**(56.241)**	(79.892)
Fornecedor Bradescard		**-**	(650.648)	**-**	(650.648)
Obrigações de risco sacado		**(156.040)**	(46.064)	**(156.040)**	(46.064)
Tributos a recolher		**(165.372)**	(196.346)	**(166.190)**	(193.969)
Obrigações trabalhistas		**(63.542)**	(4.113)	**(64.036)**	(4.637)
Pagamentos de processos tributários, cíveis e trabalhistas		**(25.428)**	(75.213)	**(25.488)**	(75.213)
Outros passivos		**(1.432)**	(8.673)	**662**	(10.003)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais antes das aplicações financeiras e imposto de renda		**893.297**	717.107	**952.844**	869.363
Títulos e valores mobiliários		**72.727**	187.201	**51.174**	(77.667)
Impostos de renda e contribuição social pagos		**(41.174)**	(106.539)	**(50.481)**	(111.086)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**924.850**	797.769	**953.537**	680.610
Aquisição de imobilizado	12	**(304.279)**	(249.720)	**(304.279)**	(249.720)
Aquisição de intangível	13	**(108.160)**	(102.100)	**(108.160)**	(102.100)
Dividendos recebidos	11	**26.839**	-	**-**	-
Recebimento por vendas de ativos imobilizados		**24**	68	**24**	68
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		**(385.576)**	(351.752)	**(412.415)**	(351.752)
Custos de transação de empréstimos/debêntures	17	**-**	(408)	**-**	(408)
Pagamento do principal dos empréstimos	17	**(13.702)**	(228.382)	**(13.702)**	(228.382)
Pagamento de juros sobre empréstimos	17	**(129.185)**	(156.331)	**(129.185)**	(156.331)
Pagamento do principal de arrendamentos	15	**(277.788)**	(262.194)	**(277.788)**	(262.194)
Pagamento de juros de arrendamentos		**(144.967)**	(141.463)	**(144.967)**	(141.463)
Juros sobre o capital próprio		**(139.779)**	-	**(139.779)**	-
Recompra de ações	22	**(108.522)**	(36.039)	**(108.522)**	(36.039)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		**(813.943)**	(824.817)	**(813.943)**	(824.817)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		**(274.669)**	(378.800)	**(272.821)**	(495.959)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		**748.512**	1.262.270	**774.521**	1.403.225
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		**473.843**	883.470	**501.700**	907.266

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

C&A Modas S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Período de nove meses findos em 30 de setembro de 2026 e 2025
(Em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	**30/09/2025**	**30/09/2026**	**30/09/2025**
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	**7.141.743**	7.071.009	**7.375.480**	7.269.184
Outras receitas	**202.050**	184.176	**202.050**	182.844
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	**-**	48	**(108.349)**	(97.568)
Receitas	**7.343.793**	7.255.233	**7.469.181**	7.354.460
Custos prod. merc. e serv. vendidos	**(2.554.788)**	(2.384.588)	**(2.554.788)**	(2.383.637)
Materiais, energia, serv. de terceiros e outros	**(923.419)**	(840.756)	**(922.150)**	(841.114)
Perda/Recuperação de valores ativos	**(88.500)**	(73.098)	**(88.500)**	(73.883)
Insumos adquiridos de terceiros	**(3.566.707)**	(3.298.442)	**(3.565.438)**	(3.298.634)
Valor adicionado bruto	**3.777.086**	3.956.791	**3.903.743**	4.055.826
Depreciação e amortização	**(276.270)**	(255.955)	**(276.270)**	(255.955)
Amortização de ativo de direito de uso	**(286.894)**	(279.374)	**(286.894)**	(279.374)
Retenções	**(563.164)**	(535.329)	**(563.164)**	(535.329)
Valor adicionado líquido produzido	**3.213.922**	3.421.462	**3.340.579**	3.520.497
Resultado de equivalência patrimonial	**24.648**	44.471	**-**	-
Receitas financeiras	**335.064**	326.611	**211.117**	262.172
Valor adicionado recebido em transferência	**359.712**	371.082	**211.117**	262.172
Valor adicionado total a distribuir	**3.573.634**	3.792.544	**3.551.696**	3.782.669
Pessoal e encargos	**759.406**	787.858	**767.636**	795.761
Remuneração direta	**575.371**	564.428	**581.605**	570.663
Benefícios	**129.681**	127.512	**130.907**	128.326
F.G.T.S.	**56.135**	48.409	**56.583**	48.882
Outros	**(1.781)**	47.509	**(1.459)**	47.890
Impostos, Taxas e contribuições	**1.830.768**	2.025.224	**1.853.704**	2.054.787
Federais	**581.491**	727.704	**603.637**	758.480
Estaduais	**1.197.412**	1.249.662	**1.197.412**	1.247.677
Municipais	**51.865**	47.858	**52.655**	48.630
Remuneração de capitais de terceiros	**633.611**	705.605	**580.511**	658.266
Aluguéis	**198.176**	178.240	**198.176**	178.240
Despesas com Juros	**435.435**	527.365	**382.335**	480.026
Remuneração de capitais próprios	**349.849**	273.857	**349.845**	273.855
Lucros retidos	**349.849**	273.857	**349.847**	273.857
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	**-**	-	**(2)**	(2)
Distribuição do valor adicionado	**3.573.634**	3.792.544	**3.551.696**	3.782.669

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A C&A Modas S.A. ("Companhia" ou "Controladora") tem sua sede social localizada na Alameda Araguaia, nº1.222 - Barueri - São Paulo - Brasil. A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas na B3 (São Paulo - Brasil) sob o código de negociação "CEAB3" e sua controladora final é a COFRA Holding AG, sediada na Suíça.

A C&A Modas e suas controladas, referidas conjuntamente como "C&A", desempenham atividades preponderantes que englobam:

Comercialização no Varejo:

I. Venda de produtos, tanto em lojas físicas quanto no mercado eletrônico. O portfólio inclui vestuário, calçados, acessórios, relógios, bijuterias, cosméticos e outros itens, incluindo produtos comercializados por meio da loja Ace, conceito especializado em moda esportiva e *athleisure* da marca própria da Companhia.

Serviços Financeiros:

I. Prestação de serviços de intermediação para concessão de crédito destinado ao financiamento de compras.
II. Emissão de cartões de crédito (*private label*) e oferta de empréstimos pessoais.
III. Intermediação no agenciamento e promoção para a distribuição de seguros, títulos de capitalização e produtos correlatos de sociedades seguradoras e terceiros detentores desses produtos.
IV. Realização das atividades próprias de uma instituição de pagamento, envolvendo processamento de transações financeiras e serviços relacionados.

A C&A realiza suas vendas por meio de 346 lojas físicas (340 lojas em 31 de dezembro de 2025) e por sua plataforma de comércio eletrônico. O abastecimento dessas operações é realizado por 4 centros de distribuição nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Pernambuco e 1 operação logística.

Os dados não financeiros incluídos nestas informações intermediárias individuais e consolidadas, tais como número de lojas e centros de distribuição, entre outros, não foram objeto de auditoria ou revisão por parte de nossos auditores independentes.

1.1. Transações e eventos significativos

1.1.1. Reforma tributária

A C&A vem acompanhando a implementação da Reforma Tributária sobre o consumo, instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025 e demais normas complementares. Em 30 de setembro de 2026, a Administração avaliou que não há efeitos que demandem reconhecimento nas informações contábeis intermediárias. Os efeitos financeiros e operacionais dependem da definição das alíquotas e de aspectos operacionais ainda em regulamentação. Informações sobre a alíquota de referência da CBS divulgada após a data-base estão apresentadas na Nota 34.

A Companhia continuará monitorando a evolução do tema e procederá à avaliação dos eventuais efeitos nas demonstrações financeiras de 2026, quando deve haver elementos suficientes para tal mensuração.

1.1.2. Efeitos da Lei Complementar nº 224/2025

A Lei Complementar nº 224/2025, publicada em 26 de dezembro de 2025, promoveu uma reforma na política de incentivos fiscais federais, abrangendo diversos setores econômicos. A norma introduziu a redução linear de benefícios fiscais e reforçou critérios de governança, temporalidade e avaliação para concessão e manutenção de incentivos. Adicionalmente, a legislação majorou as alíquotas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) aplicáveis para fintechs, instituições financeiras e demais entidades a elas equiparadas, com vigência a partir de 01 de abril de 2026.

No caso das Sociedades de Crédito Direto (SCDs), a LC 224/2025 estabeleceu a majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), anteriormente fixada em 9%, passando a vigorar de forma escalonada, conforme segue:

- 12% no período de 01/04/2026 e 31/12/2027;
- 15% a partir de 01/01/2028.

A Companhia avaliou os impactos decorrentes da alteração da alíquota da CSLL no período findo em 30 de setembro de 2026 e concluiu que os efeitos permanecem não relevantes em suas demonstrações.

1.1.3. Relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade – IFRS S1 e IFRS S2 (CBPS 01 e CBPS 02)

Em 29 de maio de 2026, a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") editou a Resolução CVM nº 244, que alterou a Resolução CVM nº 193/2023 e revogou a obrigatoriedade de elaboração e divulgação, pelas companhias abertas, do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, anteriormente prevista para os exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026. Com essa alteração, a divulgação do relatório, elaborado com base nas normas IFRS S1 e IFRS S2 (Pronunciamentos Técnicos CBPS 01 e CBPS 02), passou a ter caráter voluntário.

Diante do novo contexto normativo, a Companhia optou pela adoção voluntária das referidas normas e divulgou seu primeiro Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade, referente ao exercício social de 2025, em 2 de setembro de 2026.

2. Base de elaboração e apresentação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da C&A referentes ao período findo em 30 de setembro de 2026 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da C&A, conforme Orientação Técnica OCPC 07 (R1).

A emissão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do período findo em 30 de setembro de 2026 foi autorizada pelo Conselho de Administração em 04 de novembro de 2026.

2.1. Base de mensuração e pressuposto de continuidade

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros e instrumentos financeiros derivativos mensurados pelos seus valores justos, e com base na premissa de continuidade operacional das operações das sociedades consolidadas.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas de continuarem operando normalmente e está convencida de que elas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuarem operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

2.3. Base de consolidação

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as operações da Companhia, de suas controladas e do fundo de investimento FIDC C&A Pay, tendo em vista que a C&A Modas é a única titular das cotas e está exposta aos riscos e benefícios do fundo.

O exercício social das controladas é o mesmo da Controladora e as práticas contábeis são aplicadas de maneira uniforme. Todas as transações são totalmente eliminadas na consolidação.

	Controladas Diretas		Controladas Indiretas	Fundo de Investimento
Participação	**Orion**	**C&A Pay Holding**	**C&A Pay SCD**	**C&A Pay FIDC**
30/09/2026	100,00%	99,99%	99,99%	100,00%
31/12/2025	99,99%	99,99%	99,99%	100,00%

2.4. Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 09 (correspondente ao pronunciamento técnico CPC 09 (R1)) – Demonstração do Valor Adicionado - aplicável às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias. A finalidade da DVA é evidenciar a riqueza criada pela C&A durante o período, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes.

2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas, que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, incluindo a divulgação dos passivos contingentes assumidos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. As práticas contábeis que requerem maior nível de julgamento e complexidade, bem como para as quais estimativas e premissas são significativas são:

(a) determinação de vida útil do ativo imobilizado e intangível;
(b) análise de recuperação dos valores do ativo imobilizado, intangível e ativo de direito de uso;
(c) perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa;
(d) perdas estimadas em estoques;
(e) realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos;
(f) provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas;

(g) determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos;
(h) provisão para restauração de lojas à sua condição original;
(i) incentivos de curto e longo prazo concedidos a empregados – estimativa de atingimento de metas e precificação considerando modelos matemáticos;
(j) determinação das taxas de juros incrementais e prazo dos contratos a serem utilizadas para efetuar a contabilização dos fluxos de caixa de passivos de arrendamento;
(k) avaliação de realização e utilização dos créditos tributários.

3. Políticas contábeis

As políticas contábeis adotadas na elaboração dessas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas estão apresentadas nas respectivas notas explicativas e foram devidamente aprovadas pela Administração da Companhia.

3.1. Pronunciamentos novos, mas ainda não vigentes

(a) Norma IFRS 18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements - PFS) e das notas explicativas.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. As alterações trazidas pela norma deverão ser aplicadas retrospectivamente aos saldos comparativos das demonstrações financeiras relacionados a períodos e/ou exercício anteriores.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e notas explicativas às demonstrações financeiras.

4. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

4.1. Instrumentos financeiros - Política contábil

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Essencialmente, são instrumentos financeiros que conferem um direito ou uma obrigação, como ações, títulos de dívida, derivativos, entre outros.

A Companhia adota a política contábil de classificar os juros pagos sobre arrendamentos, empréstimos e financiamentos, bem como dividendos e juros sobre capital próprio, como fluxos de caixa das atividades de financiamento, conforme apresentado na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

4.1.1. Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócios para a gestão destes instrumentos financeiros. Na C&A estão classificados em:

I.Custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado incluem: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A mensuração subsequente depende da sua classificação. No caso de fornecedores, empréstimos, contas a pagar com partes relacionadas e arrendamento mercantil a pagar são classificados como passivos financeiros ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetivos.

II.Valor justo por meio do resultado

Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria contempla as aplicações em títulos e valores mobiliários mantidas para negociação e as operações de *swap* que tem como objetivo proteger os empréstimos em moeda estrangeira.

III.Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos e passivos financeiros classificados nessa categoria são operações com derivativos em que se aplica a contabilidade de *hedge* ("*hedge accounting*"). Também contempla as aplicações em títulos públicos mantidas como disponíveis para venda ou recebimento de juros contratuais. A C&A adota *hedge accounting* e designa os contratos a termo futuros (NDF) como *hedge* de fluxo de caixa. Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos são determinados com base na taxa de câmbio e curva de juros.

4.1.2. Categorias de instrumentos financeiros e seus valores

Os saldos contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos e os critérios de mensuração são apresentados de acordo com as seguintes categorias:

(a) Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos.
(b) Nível 2 - inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
(c) Nível 3 - inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

4.1.3. Instrumentos financeiros e valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros da C&A foram avaliados em 30 de setembro de 2026 e em 31 de dezembro de 2025, utilizando a hierarquia na categoria nível 2, que corresponde a dados observáveis significativos. Os instrumentos financeiros classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo são mensurados por meio de técnicas de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa futuros contratuais são trazidos a valor presente com base em taxas de desconto obtidas a partir de inputs observáveis no mercado, tais como a curva de taxas de juros futuros (DI) divulgada pela B3, a curva de cupom cambial e as taxas de câmbio à vista (PTAX) divulgadas pelo Banco Central do Brasil, conforme aplicável a cada instrumento e ao seu respectivo vencimento. Não há utilização de premissas não observáveis relevantes na mensuração desses instrumentos.

A C&A não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo classificados no Nível 3 da hierarquia do valor justo. Dessa forma, não são apresentadas divulgações adicionais relacionadas a esse nível, uma vez que não há utilização de premissas não observáveis na mensuração de seus instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo.

A parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do *hedge* é reconhecida no resultado financeiro.

			Controladora				Consolidado			
			30/09/2026		31/12/2025		30/09/2026		31/12/2025	
	Nota	Nível	Valor Justo	Saldo contábil	Valor Justo	Saldo contábil	Valor Justo	Saldo contábil	Valor Justo	Saldo contábil
Ativos financeiros										
Custo amortizado										
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	**473.843**	**473.843**	748.512	748.512	**501.700**	**501.700**	774.521	774.521
Contas a receber	7	-	**572.898**	**572.898**	962.127	962.127	**1.342.685**	**1.342.685**	1.753.283	1.753.283
Subtotal			**1.046.741**	**1.046.741**	1.710.639	1.710.639	**1.844.385**	**1.844.385**	2.527.804	2.527.804
Valor justo por meio do resultado										
Títulos e valores mobiliários	6	Nível 2	**-**	**-**	-	-	**71.039**	**71.039**	76.159	76.159
FIDC C&A Pay	7	Nível 2	**685.123**	**685.123**	757.850	757.850	**-**	**-**	-	-
Subtotal			**685.123**	**685.123**	757.850	757.850	**71.039**	**71.039**	76.159	76.159
Valor justo por meio outros resultados abrangentes										
Aplicações financeiras	6	Nível 2	**-**	**-**	-	-	**154.243**	**154.243**	192.695	192.695
Derivativos	-	Nível 2	**14**	**14**	2.552	2.552	**14**	**14**	2.552	2.552
Subtotal			**14**	**14**	2.552	2.552	**154.257**	**154.257**	195.247	195.247
Total dos ativos			**1.731.878**	**1.731.878**	2.471.041	2.471.041	**2.069.681**	**2.069.681**	2.799.210	2.799.210

			Controladora				Consolidado			
			30/09/2026		31/12/2025		30/09/2026		31/12/2025	
	Nota	Nível	Valor Justo	Saldo contábil	Valor Justo	Saldo contábil	Valor Justo	Saldo contábil	Valor Justo	Saldo contábil
Passivos financeiros										
Custo amortizado										
Fornecedores e risco sacado	16	-	**(1.480.806)**	**(1.480.806)**	**(1.739.341)**	(1.739.341)	**(1.494.664)**	**(1.494.664)**	(1.746.037)	(1.746.037)
Empréstimos e debêntures	17	Nível 2	**(893.159)**	**(924.385)**	(918.802)	(960.472)	**(893.159)**	**(924.385)**	(918.802)	(960.472)
Subtotal			**(2.373.965)**	**(2.405.191)**	(2.658.143)	(2.699.813)	**(2.387.823)**	**(2.419.049)**	(2.664.839)	(2.706.509)
Valor justo por meio outros resultados abrangentes										
Derivativos	-	Nível 2	**(3.134)**	**(3.134)**	(1.760)	(1.760)	**(3.134)**	**(3.134)**	(1.760)	(1.760)
Subtotal			**(3.134)**	**(3.134)**	(1.760)	(1.760)	**(3.134)**	**(3.134)**	(1.760)	(1.760)
Total dos passivos			**(2.377.099)**	**(2.408.325)**	(2.659.903)	(2.701.573)	**(2.390.957)**	**(2.422.183)**	(2.666.599)	(2.708.269)

4.2. Gerenciamento de riscos financeiros

Em função de suas atividades, a C&A está exposta a determinados riscos financeiros, dentre os quais se destacam os:

I. mercado, incluindo risco cambial e risco de taxa de juros;

II. crédito e;
III. liquidez.

Esses riscos são avaliados e gerenciados de forma contínua e sistemática, em conformidade com os limites, diretrizes e procedimentos estabelecidos nas políticas financeiras da Companhia, com o objetivo de mitigar eventuais impactos adversos sobre sua posição financeira, fluxo de caixa e resultados.

Instrumentos de *hedge* são contratados exclusivamente visando proteção do fluxo de caixa contra descasamento.

O departamento de Tesouraria da Companhia é a responsável pela identificação, avaliação e busca de proteção contra eventuais riscos financeiros. A Administração aprova as políticas financeiras que estabelecem os princípios e normas para a gestão de risco global, as áreas envolvidas nestas atividades, o uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e a alocação do excedente de caixa e moedas.

4.2.1. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de riscos: risco de taxas de juros, risco cambial e risco de preço, o qual pode ser de *commodities*, de ações, entre outros. Os instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos e financiamentos, equivalentes de caixa e outros ativos financeiros, investimentos em instrumentos de dívida e instrumentos financeiro derivativos.

4.2.1.1. Risco de taxa de juros

A C&A está exposta ao risco de mudanças nas taxas de juros, o que pode impactar o retorno sobre seus ativos de curto prazo e seus passivos financeiros indexados ao CDI.

A C&A busca manter iguais os indexadores de taxa de juros de seus ativos e passivos, de forma a reduzir o impacto do risco de variação da taxa de juros. Hoje, 100% das operações estão no mercado de créditos e capitais, predominantemente em instrumentos de renda fixa e indexados ao CDI.

A Administração analisa continuamente a exposição às taxas de juros, comparando as taxas contratadas às vigentes no mercado e simulando cenários de refinanciamento e calculando o impacto sobre o resultado.

Foram realizados testes considerando cenários aplicáveis até a próxima divulgação com o objetivo de demonstrar o efeito da oscilação desse indexador no resultado. Os juros do cenário provável foram obtidos das taxas referenciais do site B3 em 30 de setembro de 2026 (CDI anualizado 13,65%).

		Controladora						
					Aumento nos Juros		Queda nos juros	
	Risco	Saldo em 30/09/2026	Taxa	Cenário provável	Cenário de alta +10%	Cenário de alta + 20%	Cenário de baixa - 10%	Cenário de baixa - 20%
Aplicações financeiras	Baixa CDI	445.557	CDI	57.651	63.416	69.181	51.886	46.121
Empréstimos e debêntures	Alta CDI	(927.853)	CDI	(140.941)	(155.035)	(169.129)	(126.847)	(112.753)
Exposição líquida/Efeito resultado antes IR/CS		**(482.296)**		**(83.290)**	**(91.619)**	**(99.948)**	**(74.961)**	**(66.632)**
Efeito no resultado líquido de IR/CS				**(54.971)**	**(60.469)**	**(65.966)**	**(49.474)**	**(43.977)**

		Consolidado						
					Aumento nos Juros		Queda nos juros	
	Risco	Saldo em 30/09/2026	Taxa	Cenário provável	Cenário possível + 10%	Cenário remoto + 20%	Cenário possível - 10%	Cenário remoto - 20%
Aplicações financeiras	Baixa CDI	533.620	CDI	60.528	66.581	72.634	54.475	48.422
Aplicações financeiras	Baixa SELIC	161.884	SELIC	28.999	31.899	34.799	26.099	23.199
Empréstimos e debêntures	Alta CDI	(927.853)	CDI	(140.941)	(155.035)	(169.129)	(126.847)	(112.753)
Exposição líquida/Efeito resultado antes IR/CS		**(232.349)**		**(51.414)**	**(56.555)**	**(61.696)**	**(46.273)**	**(41.132)**
Efeito no resultado líquido de IR/CS				**(33.933)**	**(37.326)**	**(40.719)**	**(30.540)**	**(27.147)**

A receita financeira, demonstrada líquida de PIS e COFINS (4,65%), considera um rendimento médio de 100,32% do CDI no período de nove meses de 2026 na controladora (100,98% durante o mesmo período de 2025) e 99,79% do CDI no consolidado (durante os nove meses de 2025: 100,71%). Para os empréstimos e debêntures, considera-se 112,26% do CDI (114,47% durante o mesmo período de 2025).

4.2.1.2. Risco cambial

O risco cambial existe nas operações comerciais futuras geradas, principalmente, por importações de mercadorias e de empréstimos contratados no exterior denominadas em dólar norte-americano. As políticas de gestão de risco cambial são definidas pela Administração da C&A e, posteriormente, submetidas para análises e apreciação pelo Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças.

Importação de mercadoria: A C&A se protege de oscilações cambiais do saldo a liquidar de suas importações por meio da contratação de *Non Deliverable Forwards* (NDF's) para as compras altamente prováveis previstas em orçamento. A contratação baseada no valor FOB das mercadorias delimita a exposição cambial e seu efeito sobre a composição de preços. No momento de nacionalização das compras incidem tributos que não pertencem ao objeto de *hedge* definido na contratação da NDF.

No quadro abaixo, destacamos a exposição sobre a variação cambial relacionada aos pedidos emitidos não cobertos pelo instrumento de *hedge* e aos impostos não recuperáveis no

desembaraço das mercadorias para os quais a C&A não está protegida. A C&A demonstra a sensibilidade a eventuais mudanças no patamar de 5% a 15% indicando a deterioração da situação financeira da C&A mediante o incremento nas taxas de câmbio do dólar.

A análise de sensibilidade foi elaborada de acordo com o CPC 40 (R1) / IFRS 7, considerando variações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevantes na data-base, com base em premissas de mercado (Relatório Focus/B3).

			Controladora e Consolidado		
			Cenários		
	Risco	Nocional USD (Pagar)Receber	Provável USD1=R$5,20	Cenário +5% USD1 = R$5,46	Cenário +15% USD1 = R$5,98
Objeto de Hedge					
Pedidos de compra de mercadorias importadas e importação em andamento	Alta do dólar	**(105.871)**	(2.022)	(29.549)	(84.602)
Pagamento futuro de mercadorias importadas	Alta do dólar	**(44.530)**	(851)	(12.429)	(35.584)
Instrumento de Hedge					
NDF	Baixa do dólar	**46.253**	884	12.909	36.961
Exposição líquida de pedidos de importação		**(104.148)**	**(1.989)**	**(29.069)**	**(83.225)**
Impostos não recuperáveis - 36% (a)		**(38.114)**	(728)	(10.638)	(30.457)
Exposição líquida total		**(142.262)**	**(2.717)**	**(39.707)**	**(113.682)**
Efeito no resultado líquido de IR/CS		**(93.893)**	**(1.793)**	**(26.207)**	**(75.030)**

USD em 30/09/2026 = R$5,1809

(a) O percentual de 36% de impostos não recuperáveis sobre as NDFs foi determinado conforme os percentuais de imposto de importação (35%, em média) e sobre o percentual não recuperável de COFINS sobre importação (1%).

Instrumentos financeiros derivativos - Designados para *hedge accounting (controladora e consolidado)*

A C&A utiliza instrumentos financeiros derivativos visando minimizar os riscos decorrentes da exposição em moeda estrangeira. Contrata operações de *hedge* para proteger-se contra o risco de variação cambial decorrente dos pedidos de importações ainda não pagos; e por isso os designa como *hedge* de fluxo de caixa.

A parcela efetiva e não liquidada da variação no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial em outros resultados abrangentes. Esta parcela é realizada quando o risco para o qual o derivativo foi contratado é eliminado. Isso ocorre em dois momentos: na nacionalização da mercadoria e na liquidação dos instrumentos financeiros. Nesses momentos, os ganhos e perdas previamente diferidos no patrimônio são transferidos e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo e no resultado financeiro, respectivamente.

30/09/2026						
Contrato	**Moeda contratada**		**Vencimento**	**Valor de referência (nocional) - USD**	**Valor justo**	
	Ativo	**Passivo**			**Ativo**	**Passivo**
NDF	USD	BRL	10/2026	13.660	-	(1.129)
NDF	USD	BRL	11/2026	12.117	14	(456)
NDF	USD	BRL	12/2026	8.138	-	(918)
NDF	USD	BRL	01/2027	6.148	-	(162)
NDF	USD	BRL	02/2027	3.301	-	(284)
NDF	USD	BRL	03/2027	2.889	-	(185)
Total NDF				**46.253**	**14**	**(3.134)**

31/12/2025						
Contrato	**Moeda contratada**		**Vencimento**	**Valor de referência (nocional) - USD**	**Valor justo**	
	Ativo	**Passivo**			**Ativo**	**Passivo**
NDF	USD	BRL	01/2026	10.451	322	(898)
NDF	USD	BRL	02/2026	8.673	489	(520)
NDF	USD	BRL	03/2026	10.401	558	(284)
NDF	USD	BRL	04/2026	10.436	339	-
NDF	USD	BRL	05/2026	10.303	636	(51)
NDF	USD	BRL	06/2026	4.243	208	(7)
Total NDF				**54.507**	**2.552**	**(1.760)**

4.2.2. Risco de crédito

I. **Caixa e equivalentes de caixa**: De acordo com a política da C&A, caixas e equivalentes de caixa devem ser aplicados em instituições financeiras classificadas com baixo risco de crédito.

II. **Recebíveis:** a C&A possui um cartão próprio chamado de C&A Pay o qual é operado pela controlada SCD – C&A Pay. A SCD cede os recebíveis ao FIDC – C&A Pay, o qual possui como única cotista a C&A Modas (ver Nota 7).

As perdas esperadas das operações do C&A Pay são constituídas pela C&A com base nos estudos internos para mensuração dos percentuais de perda de acordo com os estágios e com o tempo de atraso, levando em consideração a probabilidade e exposição à inadimplência e perda efetiva de cada faixa de atraso. Alterações no cenário macroeconômico e mudanças no perfil dos clientes podem influenciar o nível de perda esperada.

O risco de crédito das demais operações com vendas é minimizado à medida que os recebíveis da venda de mercadoria e serviços são intermediados por empresas administradoras de cartão de crédito e o risco é integralmente delas.

A Administração considera que as estimativas utilizadas na provisão para as perdas esperadas são suficientes para cobrir eventuais perdas de créditos da carteira de clientes.

4.2.2. Risco de liquidez

A Companhia adota uma Política de Gestão de Liquidez aprovada pelo Conselho de Administração, que estabelece diretrizes para monitoramento e manutenção de níveis adequados de liquidez ("Caixa Mínimo"), com o objetivo de:

I. Assegurar a continuidade operacional em momentos de incerteza;
II. Suportar a execução da estratégia de investimentos e expansão
III. Cumprir suas obrigações financeiras; e
IV. Manter uma estrutura de capital eficiente.

A Administração monitora continuamente as previsões das exigências de liquidez da C&A para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, os planos de investimentos e as obrigações financeiras.

A C&A investe o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros pós-fixados e com liquidez diária (CDBs de instituições financeiras, operações compromissadas e fundos de investimento de crédito privado que se enquadram na política de investimento aprovada pela Administração).

O quadro a seguir resume o perfil do vencimento dos passivos financeiros e passivo de arrendamento contratados (valor nominal com juros futuros) consolidados da C&A:

Em 30 de setembro de 2026	Valor contábil	Valor contratado	Menos de 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Arrendamento mercantil	1.812.846	2.636.308	538.465	451.750	1.140.246	505.847
Empréstimos e debêntures	927.853	1.090.134	716.598	292.224	81.312	-
Fornecedores	1.229.499	1.229.499	1.229.499	-	-	-
Obrigações de risco sacado	265.165	265.165	265.165	-	-	-
NDF	3.120	3.120	3.120	-	-	-
Total	**4.238.483**	**5.224.226**	**2.752.847**	**743.974**	**1.221.558**	**505.847**

4.3. Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da C&A é assegurar uma estrutura adequada de financiamento para a manutenção e o crescimento de suas operações. A Companhia administra sua estrutura de capital ajustando-a às condições econômicas vigentes, por meio da combinação de capital próprio e capital de terceiros. Nesse contexto, a C&A monitora continuamente o nível de endividamento, buscando manter indicadores financeiros compatíveis com sua estratégia, perfil de risco e capacidade de geração de caixa.

Não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital no período findo em 30 de setembro de 2026.

	Controladora		Consolidado	
Dívida Líquida sem Passivo de Arrendamento	**30/09/2026**	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
Empréstimos e debêntures de curto e longo prazo	**927.853**	966.261	**927.853**	966.261
Caixa e equivalentes de caixa	**(473.843)**	(748.512)	**(501.700)**	(774.521)
Aplicações financeiras	**-**	-	**(225.282)**	(268.854)
Dívida (caixa) líquida	**454.010**	217.749	**200.871**	(77.114)
Participação de acionistas não controladores	**-**	-	**1**	2
Total do patrimônio líquido	**3.939.863**	3.707.054	**3.939.864**	3.707.056
Índice de alavancagem financeira	**12%**	6%	**5%**	-2%

Considerando o passivo de arrendamento no cálculo de gestão de capital, o índice de alavancagem da Companhia seria:

	Controladora		Consolidado	
Dívida Líquida com Passivo de Arrendamento	**30/09/2026**	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
Dívida (caixa) líquida sem passivo de arrendamento	**454.010**	217.749	**200.871**	(77.114)
Passivo de arrendamento	**1.812.846**	1.780.243	**1.812.846**	1.780.243
Dívida líquida ajustada	**2.266.856**	1.997.992	**2.013.717**	1.703.129
Total do patrimônio líquido	**3.939.863**	3.707.054	**3.939.864**	3.707.056
Índice de alavancagem financeira	**58%**	54%	**51%**	46%

5. Caixa e equivalentes de caixa

5.1. Política contábil

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A C&A considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata, sendo resgatável com a própria entidade emissora, em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da transação.

As aplicações financeiras incluem títulos mantidos para negociação imediata ou disponíveis para venda futura, abrangendo substancialmente aplicações em fundos de investimento, cujas carteiras são compostas por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), títulos públicos e letras financeiras, entre outros, utilizados para o gerenciamento de caixa das atividades operacionais da Companhia. Essas aplicações são registradas pelo valor justo, e a receita gerada por esses investimentos é reconhecida como receita financeira.

5.2. Composição de caixa e equivalentes de caixa

		Controladora		Consolidado	
	Remuneração	**30/09/2026**	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
Caixa e bancos		**28.286**	45.020	**31.478**	48.827
Equivalentes de caixa:					
Conta remunerada	**1% a 35% do CDI**	**5.172**	8.656	**5.514**	8.692
Certificado de depósito bancário (*)	**96% a 103% do CDI**	**440.385**	694.836	**464.708**	717.002
		473.843	748.512	**501.700**	774.521

(*) Certificados de Depósitos Bancários ("CDB's"), podem ser resgatados a qualquer momento com o próprio emissor do instrumento sem perda da remuneração contratada.

6. Títulos e valores mobiliários

6.1. Política contábil

As aplicações financeiras não enquadradas como equivalentes de caixa são aquelas sem garantias de recompra pelo emissor no mercado primário, com liquidez apenas no mercado secundário e são mensuradas de acordo com o modelo de negócio.

6.2. Composição dos títulos e valores mobiliários

			Controladora		Consolidado	
	Indexador	**Taxa**	**30/09/2026**	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
LFT- Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	100%	**-**	-	**161.884**	199.600
FIDC – C&A Pay			**685.123**	757.850	**-**	-
Fundo de investimento renda fixa	CDI	97,23%	**-**	-	**63.398**	69.254
			685.123	757.850	**225.282**	268.854
Ativo circulante			**685.123**	-	**225.282**	268.854
Ativo não circulante			**-**	757.850	**-**	-

6.3. FIDC C&A Pay

Em 30 de setembro de 2026, as cotas do FIDC C&A Pay, no montante de R$ 685.123, estão apresentadas no ativo circulante. A classificação reflete a avaliação da Administração sobre a natureza e o modelo de negócio do Fundo. As cotas são mensuradas ao valor justo por meio do resultado. Os recursos do Fundo são utilizados de forma recorrente no financiamento da carteira do cartão C&A Pay e se realizam no curso normal do ciclo operacional da Companhia.
Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o balanço patrimonial do FIDC C&A Pay está demonstrado abaixo:

	30/09/2026		31/12/2025	
	FIDC	FIDC ajustado (a)	FIDC	FIDC ajustado (a)
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	**1.822**	**1.822**	2.641	2.641
Aplicações financeiras	**71.038**	**71.038**	76.158	76.158
Contas a receber	**782.134**	**639.172**	872.198	745.663
Outros créditos	**4.394**	**4.394**	3.987	3.987
Total do ativo	**859.388**	**716.426**	954.984	828.449
Passivo e patrimônio líquido				
Contas a pagar	**38.120**	**31.303**	77.413	70.599
Patrimônio líquido	**821.268**	**685.123**	877.571	757.850
Total do passivo e do patrimônio líquido	**859.388**	**716.426**	954.984	828.449

(a) Os ajustes de consolidação são compostos pela eliminação do efeito do deságio na operação de cessão de recebíveis entre C&A PAY e o FIDC.

7. Contas a receber

7.1. Política contábil

As contas a receber são apresentadas pelos seus valores de realização, líquidos do ajuste a valor presente e das perdas esperadas calculadas conforme os critérios estabelecidos pelo CPC 48 e IFRS 9 – Instrumentos financeiros. Esses saldos compreendem os valores a receber decorrentes da venda de mercadorias aos clientes, realizadas por meio de cartões de crédito de terceiros e por meio do cartão digital próprio disponibilizado via C&A Pay.

As vendas a prazo são ajustadas a valor presente na data-base das informações contábeis intermediárias, utilizando taxas de mercado que refletem o spread de risco da Companhia. Em 30 de setembro de 2026, a taxa média aplicada foi de 1,08% a.m. (1,17% a.m. em 31 de dezembro de 2025), e a realização do ajuste é reconhecida como receita de vendas.

A C&A mensura as perdas de créditos esperadas (PECLD) com base no modelo simplificado do CPC 48 e IFRS 9, que não considera a avaliação de risco e crédito cliente a cliente, ao invés disto considera a carteira de massa baseado em dados históricos, projeções econômicas, avaliação contínua do risco e estimativas futuras de comportamento de crédito, reconhecendo-as ao longo da vida dos ativos financeiros.

A metodologia abrange tanto os saldos ativos quanto os limites de crédito não utilizados. Créditos vencidos sem expectativa de recuperação são baixados como prejuízo (write-off) a partir de 721 dias de inadimplência, com a baixa das provisões previamente constituídas.

No âmbito das renegociações de crédito, a C&A aplica políticas específicas para clientes com dificuldade de pagamento, ajustando os termos conforme o perfil de crédito. As operações renegociadas são classificadas no estágio 3 da carteira de recebíveis, impactando o provisionamento

de perdas esperadas. Nesses casos, a mensuração passa a considerar o novo fluxo de caixa esperado e o risco associado.

7.2. Composição das contas a receber

A tabela abaixo detalha a composição das contas a receber, segregada entre operadoras de cartão, operações do cartão digital C&A Pay, e outras categorias. O saldo das contas a receber é influenciado pela sazonalidade do negócio.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
Operadoras de cartão	**560.144**	875.801	**560.143**	875.801
Cartão C&A Pay – partes relacionadas (a)	**7.483**	77.722	**-**	-
Cartão C&A Pay – terceiros	**-**	-	**1.094.391**	1.214.130
Ajuste a valor presente	**(6.747)**	(12.317)	**(24.387)**	(33.230)
Perdas de crédito esperadas	**(371)**	(371)	**(299.395)**	(324.162)
Contas a receber – clientes	**560.509**	940.835	**1.330.752**	1.732.539
Contas a receber - parceiros de negócios	**12.389**	21.292	**11.933**	20.744
Outras contas a receber	**12.389**	21.292	**11.933**	20.744
Total das contas a receber	**572.898**	962.127	**1.342.685**	1.753.283

(a) Valor referente as vendas realizadas através do cartão digital próprio da C&A e reembolso de compartilhamentos de despesas.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2026, a C&A Modas antecipou R$1.932.498 (R$1.836.476 durante o mesmo período de 2025) em recebíveis com a C&A Pay SCD, gerando custo financeiro de R$ 53.142 (R$47.369 durante o mesmo período de 2025).

As taxas das operações variaram de 1,15% a.m. a 1,25% a.m. durante o período findo em 30 de setembro de 2026 (ante 1,04% a.m. a 1,25% a.m. para o mesmo período em 2025). Os encargos foram registrados como despesa financeira na C&A Modas e como receita financeira na C&A Pay SCD. As operações intragrupos foram eliminadas na consolidação da C&A.

7.2.1. Movimentação das perdas estimadas em crédito

A seguir apresentamos a movimentação das perdas estimadas em crédito:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(371)**	**(324.162)**
(-) Constituição	(7)	(97.710)
(+) Baixa	7	122.477
Saldo em 30 de setembro de 2026	**(371)**	**(299.395)**
Estimativa de perda C&A Pay	**-**	**(299.024)**
Estimativa de outras perdas	**(371)**	**(371)**

7.3. C&A Pay

7.3.1. Composição da carteira por faixa de vencimento e perda estimada por estágio

A seguir, apresentamos a composição da carteira de crédito do C&A Pay, segmentada por estágio de estimativa de perdas. A política de estimativa de perdas adapta-se ao estágio do ativo, permitindo uma gestão mais eficaz do risco de crédito.

Composição da carteira por faixa de vencimento

	FIDC C&A Pay	
	30/09/2026	**31/12/2025**
Até 30 dias	**261.998**	283.074
De 31 a 90 dias	**298.802**	341.958
Acima de 90 dias	**202.701**	236.401
A vencer	**763.501**	861.433
Até 30 dias	**18.514**	14.956
De 31 a 90 dias	**28.187**	24.925
Acima de 90 dias	**284.189**	312.816
Vencidos	**330.890**	352.697
Total	**1.094.391**	1.214.130

7.3.2. Gerenciamento de riscos de perda de crédito

A C&A adota uma política de concessão de crédito alinhada às diretrizes de governança e gestão do portfólio estabelecidas pela Administração e possui um comitê executivo de serviços financeiros para regular e fiscalizar as operações. O objetivo é minimizar a inadimplência através de mecanismos para controlar esse risco, tais como a utilização de ferramentas especializadas em análise de crédito, acesso a bases de dados, gestão de concessão de crédito, além de monitoramento e gerenciamento dos processos de recebimento. A combinação destes fatores proporcionou no período findo em 30 de setembro de 2026 um recebimento total de R$ 52.020 provenientes de operações inadimplentes, mas ainda em carteira ativa entre 61 e 720 dias de atraso (R$ 65.245 durante o mesmo período de 2025).

Essas práticas garantem uma gestão eficaz do risco de crédito, mantendo as operações de serviços financeiros da C&A dentro de níveis aceitáveis de exposição e assegurando a qualidade e sustentabilidade das nossas operações de créditos.

7.3.3. Estágios e componentes das perdas esperadas em operações de crédito

As estimativas de perdas esperadas são calculadas de acordo com a composição da carteira de crédito classificadas por estágio, que representam diferentes níveis de risco de crédito e refletem a

evolução da inadimplência da carteira, ajustando-se conforme o histórico de recuperabilidade dos créditos.

Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Inferior a 30 dias de atraso	**Atraso de 31 até 90 dias**	**Atraso acima de 90 dias**
Correspondente a operações de crédito classificadas como adimplentes, com inadimplência inferior a 30 dias, ou que não apresentaram relevantes riscos de crédito em seu reconhecimento inicial.	Corresponde a operações de crédito com inadimplência entre 30 e 90 dias ou ativos caracterizados com significativo risco em seu reconhecimento inicial.	Correspondente a operações de crédito com inadimplência superior a 90 dias, caracterizados como ativos problemáticos, refletindo maiores níveis de coberturas de risco.

Perda Esperada = **PD** x **EAD** x **LGD**

Expected Credit Loss (ECL)	*Probability of Default*	*Exposure at Default*	*Loss Given Default*

- ✓ Probabilidade de Inadimplência (PD): Refere-se à probabilidade de que um devedor não consiga cumprir suas obrigações financeiras em um determinado período.
- ✓ Exposição no Momento da Inadimplência (EAD): Refere-se ao valor monetário que estará exposto quando ocorrer o default, incluindo o saldo principal, juros acumulados, saldos disponíveis ainda não utilizados.
- ✓ Perda Dada a Inadimplência (LGD): Refere-se expectativa de perda após caracterizada a inadimplência, considerando um percentual específico sobre o valor total do ativo problemático.

7.3.4. Composição da perda estimada por estágio

Perda estimada por estágio

Cartão de crédito C&A Pay (*Private Label*)	C&A Pay 30/09/2026				
	Carteira			Perda estimada	% Cobertura
	A Vencer	Vencida	Total		
Estágio 1	**738.271**	**16.232**	**754.503**	**25.990**	**3,44%**
Estágio 2	**18.913**	**26.883**	**45.796**	**22.360**	**48,83%**
Estágio 3 - *Até 360 dias*	**6.317**	**134.400**	**140.717**	**109.757**	**78,00%**
Estágio 3 - *Acima de 360 dias*	**-**	**153.375**	**153.375**	**140.367**	**91,52%**
Saldo carteira ativa (*on balance*)	**763.501**	**330.890**	**1.094.391**	**298.474**	**27,27%**
Limite de crédito disponível (Off Balance)			**616.805**	**550**	**0,09%**
Total Geral			**1.711.196**	**299.024**	**17,47%**
Índice de cobertura sobre carteira de crédito					**27,32%**

Cartão de crédito C&A Pay (Private Label)	C&A Pay 31/12/2025				
	Carteira			Perda estimada	% Cobertura
	A Vencer	Vencida	Total		
Estágio 1	843.010	12.389	855.399	20.995	2,45%
Estágio 2	12.109	23.281	35.390	12.091	34,16%
Estágio 3 - *Até 360 dias*	6.314	140.485	146.799	119.530	81,42%
Estágio 3 - *Acima de 360 dias*	-	176.542	176.542	171.020	96,87%
Saldo carteira ativa (*on balance*)	**861.433**	**352.697**	**1.214.130**	**323.636**	**26,67%**
Limite de crédito disponível (Off Balance)			788.743	155	0,02%
Total Geral			**2.002.873**	**323.791**	**16,17%**
Índice de cobertura sobre carteira de crédito					**26,68%**

8. Estoques

8.1. Política contábil

Os estoques são mensurados ao menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor realizável líquido, que corresponde ao preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos adicionais estimados necessários para a realização da venda. Os custos dos estoques incluem os custos de transporte até os centros de distribuição, custos incorridos na preparação dos despachos das mercadorias nos centros de distribuição para as lojas, e impostos não recuperáveis. O custo do estoque, é deduzido de bonificações recebidas de fornecedores, do ajuste a valor presente da compra de mercadorias a prazo e dos efeitos de ganho ou perda de *hedge accounting* de fluxo de caixa sobre as mercadorias importadas. Os custos dos estoques são realizados de acordo com o giro e venda na rubrica de custo de mercadoria vendida na demonstração do resultado.
A provisão para perda nos estoques é estimada com base em dados históricos de furtos de mercadoria, bem como provisões para mercadorias com margens negativas, mercadorias obsoletas e avariadas. As perdas reais são determinadas por meio de inventários físicos realizados anualmente.

8.2. Composição dos estoques

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**
Mercadorias para revenda	1.208.789	1.121.082
Ajuste a valor presente	(27.928)	(30.112)
Perdas estimadas	(54.760)	(53.491)
Mercadoria ao valor realizável líquido	**1.126.101**	1.037.479
Importações em andamento	158.497	111.906
Mercadorias vendidas em trânsito para entrega aos clientes	4.651	4.291
Estoque de matéria prima	3.268	1.133
Adiantamento a fornecedor de matéria-prima	-	57
Mercadoria em poder de terceiros	7	-
	1.292.524	1.154.866

As taxas de desconto utilizadas para o cálculo do ajuste a valor presente dos estoques foram de 1,08% a.m. e 1,17% a.m., em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, respectivamente, refletindo as condições de mercado e os prazos das transações na data de sua contratação.

8.3. Movimentação das perdas estimadas

	Controladora e Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2025	**43.180**
(+) Perdas estimadas	106.127
(-) Baixa por utilização	(95.816)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	53.491
(+) Perdas estimadas	**86.535**
(-) Baixa por utilização	**(85.266)**
Saldo em 30 de setembro de 2026	**54.760**

A C&A realiza inventários periódicos de produtos com alto risco de perda ao longo do ano e, anualmente, realiza inventários completos de todos os itens. Durante esses inventários, os ajustes identificados são considerados como perdas efetivadas, utilizando as provisões para perdas de inventário registradas para esse fim. Essa provisão, juntamente com as perdas efetivadas, é refletida na demonstração do resultado, na linha de "custo das mercadorias vendidas".

9. Tributos a recuperar

9.1. Política contábil

São considerados tributos a recuperar os tributos gerados nas operações usuais da C&A, que poderão ser compensados e/ou restituídos por ela, e tributos derivados de ação judicial em que for praticamente certo que ocorrerá uma entrada de benefícios econômicos e puder ser mensurado com razoável certeza.

9.2. Composição dos tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
PIS/COFINS ações judiciais	**592.900**	763.700	**592.900**	763.700
PIS/COFINS corrente	**195.149**	183.294	**195.149**	183.294
ICMS corrente (a)	**302.712**	163.534	**302.712**	163.534
ICMS ações judiciais	**111.626**	110.761	**111.626**	110.761
IRRF – Imposto de renda retido na fonte	**10.465**	19.063	**11.073**	19.680
Outros (b)	**11.094**	10.627	**11.204**	10.627
	1.223.946	**1.250.979**	**1.224.664**	**1.251.596**
Ativo circulante	**705.478**	459.615	**706.196**	460.232
Ativo não circulante	**518.468**	791.364	**518.468**	791.364

a) Durante o exercício de 2026, até 30 de setembro, a Companhia adquiriu créditos de ICMS no valor nominal acumulado de R$173.178, os quais vêm sendo utilizados no curso normal de suas operações, mediante compensação com o ICMS a recolher apurado nas operações próprias.
b) Refere-se, substancialmente, a créditos previdenciários e IPTU.

9.2.1. Expectativa de realização dos tributos a recuperar

Com base nas projeções elaboradas pela Administração, o montante de tributos a recuperar, registrado nos ativos circulantes e não circulantes, apresenta a seguinte expectativa de realização em 30 de setembro de 2026:

Ano	**Controladora**	**Consolidado**
out a dez/2026	**231.647**	**232.050**
2027	**564.323**	**564.638**
2028	**368.841**	**368.841**
2029	**39.878**	**39.878**
2030 a 2031	**19.257**	**19.257**
Total	**1.223.946**	**1.224.664**
Ativo circulante	**705.478**	**706.196**
Ativo não circulante	**518.468**	**518.468**

A Administração avalia continuamente a capacidade de utilização desses tributos, e não espera nenhuma perda por recuperabilidade.

9.2.2. PIS/COFINS ações judiciais

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**
ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS (a)	**284.799**	337.463
Ação Judicial Zona Franca de Manaus (b)	**128.153**	161.287
Ação Judicial Lei do Bem (c)	**124.089**	177.234
ICMS-ST na base de cálculo do PIS e da COFINS (d)	**55.859**	87.716
	592.900	**763.700**

Movimentações:

	30/09/2026	**30/09/2025**
Saldo inicial	**763.700**	**804.944**
(-) Compensações	**(213.668)**	(91.434)
(+) Reconhecimento do principal	**3.468**	7.247
(+) Reconhecimento dos juros + atualizações	**39.400**	46.972
Saldo final	**592.900**	**767.729**

(a) ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

A Companhia possui duas ações judiciais sobre o tema que transitaram em julgado em 28 de fevereiro de 2019 e 23 de fevereiro de 2022, respectivamente, com decisões favoráveis. O saldo da primeira ação foi integralmente compensado até outubro de 2025 e a compensação da segunda ação iniciou-se em janeiro de 2026.

(b) Crédito Ação Judicial Zona Franca de Manaus (ZFM)

Em 30 de novembro de 2020 ocorreu o trânsito em julgado favorável à Companhia, em que foi reconhecido o direito em equiparar as vendas realizadas na ZFM a exportação e, portanto, em reconhecer a não incidência do PIS e da COFINS sobre as receitas geradas na ZFM, bem como o direito de fruição do benefício do REINTEGRA.

(c) Crédito Ação Judicial Lei do Bem

Em 18 de março de 2023, houve o trânsito em julgado do processo no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF), com decisão favorável à Companhia, convalidando o direito já reconhecido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) em 27 de outubro de 2022, reconhecendo o direito de usufruir do benefício de redução a zero das alíquotas do PIS e da COFINS, prevista pela Lei nº 11.196/2005 (conhecida como "Lei do Bem"), para a venda a varejo de smartphones produzidos no país até 31 de dezembro de 2018.

(d) ICMS-ST na base de cálculo do PIS e da COFINS

Em decisão unânime proferida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), no julgamento do Tema Repetitivo nº 1.125, foi firmada a tese de que o ICMS-ST não compõe a base de cálculo da Contribuição ao PIS e da COFINS devidas pelo contribuinte substituído no regime de substituição tributária progressiva. A Companhia possui duas ações judiciais relacionadas ao tema, ambas com trânsito em julgado e créditos tributários devidamente habilitados. Em junho de 2026, a Companhia iniciou a compensação dos créditos tributários decorrentes de uma dessas ações. Adicionalmente, a compensação dos créditos tributários decorrentes da segunda ação judicial teve início em setembro de 2026.

9.2.3. PIS/COFINS corrente

No período findo em 30 de setembro de 2026, a Companhia assessorada por especialistas jurídicos externos e internos, conforme o conceito de insumo definido pelo STJ nos temas Nºs 779 e 780, apropriou-se de créditos de PIS e COFINS sobre despesas consideradas essenciais ou relevantes para sua atividade, e de créditos de PIS e COFINS relacionados a devoluções de vendas, no montante total de R$238.306.

9.2.4. Créditos relativos ao ICMS

(a) Crédito Ação Judicial Alíquota do ICMS sobre o fornecimento de energia elétrica

Em dezembro de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF), em sede de repercussão geral (Recurso Extraordinário 714.139/SC), fixou o entendimento pela aplicação da alíquota geral, em detrimento da alíquota majorada, relativa ao ICMS incidente sobre a energia elétrica e serviços de telecomunicação. Assim, embora sem o trânsito em julgado em suas ações distribuídas entre os anos de 2015 e 2016, a Companhia reconheceu contabilmente sua melhor estimativa. O saldo atualizado em 30 de setembro de 2026 é de R$88.372 (R$93.582 em 31 de dezembro de 2025).

(b) Crédito Ação Judicial DIFAL – venda consumidor final não contribuinte do ICMS

Em 30 de março de 2022, houve o trânsito em julgado do *leading case* (RE 1287019), referente ao Tema 1093, julgado pelo STF em sede de repercussão geral, que declarou inconstitucional a cobrança da Diferença de Alíquotas do ICMS – DIFAL nas operações interestaduais envolvendo consumidores finais não contribuintes do imposto, até que fosse editada lei complementar a este respeito. Diante deste cenário, a Companhia reconheceu contabilmente os valores de suas ações judiciais ajuizadas em dezembro de 2018, cujo saldo atualizado é de R$20.370 (R$19.134 em 31 de dezembro de 2025).

10. Imposto de renda e contribuição social

10.1. Política contábil

Ativos e passivos tributários são mensurados ao valor recuperável esperado ou ao valor a pagar às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas de 15%, acrescida de um adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder R$20.000 a cada mês para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), com exceção da empresa C&A Pay cuja alíquota aplicável a partir de abril de 2026, é de 12%, conforme legislação específica. Ressalta-se que o imposto diferido já se encontra registrado considerando a alíquota de 12%, em função do momento estimado de realização dos respectivos tributos. Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são resultados negativos apurados em períodos anteriores que podem ser compensados até o limite de 30% do lucro tributável apurado em cada exercício, sem prazo de prescrição para compensação.
O IRPJ e CSLL diferidos são reconhecidos quando existe uma diferença temporária entre os saldos fiscais e contábeis, dado que os créditos e débitos tributários não estão sujeitos a prazos prescricionais, e são decorrentes principalmente de provisões para diferenças entre caixa e competência, prejuízos fiscais, operações de arrendamento, bases negativas e provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. Os créditos estão consubstanciados na continuidade da rentabilidade de suas operações.

Para fins de divulgação o ativo fiscal diferido foi compensado contra o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL da mesma entidade tributável. Em 27 de dezembro de 2024, foi publicada a Lei nº 15.079, que instituiu o Adicional da CSLL com o objetivo de adequar a legislação brasileira às Regras GloBE, alinhando o país ao Pilar 2 do Projeto BEPS da OCDE, cuja diretriz estabelece uma alíquota mínima global de 15% para grupos multinacionais com faturamento anual superior a € 750 milhões.

A Companhia monitora continuamente as projeções de resultado tributável e os ajustes ao lucro real, a fim de garantir a observância do limite mínimo da alíquota efetiva da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Nesse contexto, a expectativa é de que não haja a incidência do adicional de CSLL instituído pela Lei nº 15.079/24 no exercício social de 2026.

A Administração exerce julgamento significativo para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e no nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Ao final de cada exercício, a recuperabilidade dos tributos diferidos é avaliada, e baixas são efetuadas na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir sua utilização.

10.2. Composição dos tributos diferidos

	Controladora		Consolidado	
	Saldo em 30/09/2026	**Saldo em 31/12/2025**	**Saldo em 30/09/2026**	**Saldo em 31/12/2025**
Prejuízos fiscais e bases negativas (a)	**275.386**	342.804	**275.386**	342.804
Diferenças temporárias				
Arrendamentos CPC 06 (R2) - IFRS 16	**622.216**	610.823	**622.216**	610.823
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	**43.706**	62.719	**44.499**	63.428
Provisão para perda de estoques e contas a receber	**40.790**	38.851	**42.024**	39.853
Provisão perda de imobilizado e ativo de direito de uso	**2.345**	2.495	**2.345**	2.495
Provisão para participação no lucro - ICP	**8.697**	24.820	**8.958**	25.347
Ajustes a valor justo	**399**	1.539	**399**	1.539
Plano de remuneração baseado em ações	**8.614**	12.674	**8.614**	12.674
Provisão de gastos para devolução de lojas	**14.274**	13.985	**14.274**	13.985
Provisão para despesas operacionais	**46.435**	44.225	**46.435**	44.225
Outras (b)	**59.367**	47.066	**12.324**	5.155
Ativo fiscal diferido	**1.122.229**	1.202.001	**1.077.474**	1.162.328
Arrendamentos CPC 06 (R2) - IFRS 16	**(507.557)**	(501.346)	**(507.557)**	(501.346)
Créditos extemporâneos (c)	**(39.568)**	(163.494)	**(39.568)**	(163.494)
Ajustes a valor presente	**(15.445)**	(7.740)	**(15.445)**	(7.740)
Passivo fiscal diferido	**(562.570)**	(672.580)	**(562.570)**	(672.580)
Saldo líquido de ativo fiscal diferido	**559.659**	**529.421**	**514.904**	489.748

(a) Não são constituídos tributos diferidos na controlada Orion, pois a Companhia entende que não é provável a geração de lucros tributáveis futuros para sua utilização, com base na avaliação realizada em 30 de setembro de 2026. O saldo não constituído desses tributos diferidos perfaz o montante de R$ 22.544 em 30 de setembro de 2026 (R$22.809 em 31 de dezembro de 2025).

(b) Inclui provisões de fretes, provisões de benefícios, honorários advocatícios e ágio FIDC.

(c) Os passivos fiscais diferidos decorrem, principalmente, de créditos tributários reconhecidos em razão de ações judiciais com expectativa de realização futura por meio de compensação. Considerando o entendimento da Administração, suportado por pareceres jurídicos externos, de que a tributação dos ganhos associados a tais créditos ocorre no momento de sua efetiva realização, os correspondentes efeitos tributários foram registrados como passivos fiscais diferidos e serão revertidos à medida que os créditos forem utilizados.

10.3. Conciliação da taxa efetiva

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	**30/09/2025**	**30/09/2026**	**30/09/2025**
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	**473.359**	343.205	**486.983**	365.982
Despesa de imposto de renda e contribuição social a alíquotas nominais – 34%	**(160.942)**	(116.690)	**(165.574)**	(124.434)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva				
Equivalência patrimonial	**8.380**	15.120	**-**	-
Inovação tecnológica – P&D	**9.212**	10.952	**9.212**	10.952
Juros atualização SELIC sobre Indébito Tributário	**14.357**	21.061	**14.383**	21.072
Diferença de alíquota – controlada financeira	**-**	-	**(646)**	-
Outros	**5.483**	209	**5.490**	283
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	**(123.510)**	(69.348)	**(137.135)**	(92.127)
Corrente	**(152.573)**	(50.310)	**(161.221)**	(55.819)
Diferido	**29.063**	(19.038)	**24.086**	(36.308)
	(123.510)	(69.348)	**(137.135)**	(92.127)
Alíquota efetiva	**26%**	20%	**28%**	25%

11. Investimentos

11.1. Política contábil

Os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial nas informações contábeis intermediárias individuais. Após a aplicação desse método, a Companhia avalia se é necessário reconhecer uma perda adicional do valor recuperável sobre os investimentos em suas controladas. Em cada data de fechamento do balanço patrimonial, a Companhia verifica se há evidência objetiva de que o investimento nas controladas sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal evidência, a Companhia calcula o montante da perda como a diferença entre o valor recuperável das controladas e o valor contábil, reconhecendo a perda na demonstração do resultado.

11.2. Informações sobre investimentos em controladas

	30/09/2026							
Controladas	**Participação acionária**	**Ativo**	**Passivo**	**Patrimônio líquido**	**Receita Bruta**	**Lucro Líquido**	**Valor contábil dos investimentos**	**Equivalência patrimonial**
Orion	**100,00%**	15.966	(2.942)	13.024	-	644	13.024	644
C&A Pay Holding	**99,99%**	278.457	(38.452)	240.005	39.523	24.005	240.004	24.004
Total							**253.028**	**24.648**

	31/12/2025							
Controladas	**Participação acionária**	**Ativo**	**Passivo**	**Patrimônio líquido**	**Receita bruta**	**Lucro Líquido**	**Valor contábil dos investimentos**	**Equivalência patrimonial**
Orion	99,99%	14.002	(1.621)	12.381	712	1.219	12.380	1.219
C&A Pay Holding	99,99%	352.262	(109.656)	242.606	56.106	65.562	242.606	65.562
Total							**254.986**	**66.781**

11.3. Movimentação dos investimentos

	Orion	**C&A Pay Holding**	**Total**
Saldos de investimentos em 31 de dezembro de 2025	12.380	242.606	**254.986**
(+/-) Equivalência patrimonial	644	24.004	**24.648**
(-) Dividendos	-	(26.839)	**(26.839)**
(+) Aquisição de participação nas controladas	-	-	
(+/-) Outros resultados abrangentes	-	233	**233**
Saldos de investimentos em 30 de setembro de 2026	**13.024**	**240.004**	**253.028**

12. Imobilizado

12.1. Política contábil

Os bens são registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos dos impostos recuperáveis. Incluem a estimativa para restauração de loja, quando não incluída em direitos de uso, e são reduzidos por depreciação e estimativa de desvalorização (*impairment*). A depreciação é calculada pelo método linear, considerando a vida útil estimada dos bens. No início de cada exercício, a vida útil estimada, o custo de restauração e os métodos de depreciação são revisados, considerando a expectativa de uso dos ativos, o planejamento das reformas das lojas e evidências de uma vida útil diferente da registrada. Essa avaliação é documentada em laudo por especialistas da C&A. Quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizadas prospectivamente.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é alienado, quando a entidade perde o controle sobre ele ou quando não se espera mais a geração de benefícios econômicos futuros. Nesse momento, é reconhecido o ganho ou a perda decorrente da operação, mensurado pela diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo.

12.2. Composição do ativo imobilizado (Controladora e Consolidado)

Imobilizado	Custo	Depreciação acumulada	Red. Valor Recuperável	30/09/2026
Benfeitorias	1.651.728	(1.054.799)	(2.509)	**594.420**
Móveis e utensílios	788.444	(457.388)	-	**331.056**
Máquinas e equipamentos	264.396	(119.472)	-	**144.924**
Equipamentos de Informática	362.892	(276.568)	-	**86.324**
Imobilizado em andamento	29.125	-	-	**29.125**
Custo estimado de devolução de lojas	2.912	(2.123)	-	**789**
Terrenos	126	-	-	**126**
	3.099.623	**(1.910.350)**	**(2.509)**	**1.186.764**

Imobilizado	Custo	Depreciação acumulada	Red. Valor Recuperável	31/12/2025
Benfeitorias	1.620.259	(1.061.434)	(2.868)	**555.957**
Móveis e utensílios	735.366	(416.999)	(27)	**318.340**
Máquinas e equipamentos	217.343	(114.994)	(23)	**102.326**
Equipamentos de Informática	325.955	(255.475)	(26)	**70.454**
Imobilizado em andamento	9.192	-	-	**9.192**
Custo estimado de devolução de lojas	3.086	(2.043)	-	**1.043**
Terrenos	126	-	-	**126**
Veículos	20	(20)	-	**-**
	2.911.347	**(1.850.965)**	**(2.944)**	**1.057.438**

A C&A não possui bens do ativo imobilizado dados em garantia de dívidas, financiamentos ou outras obrigações assumidas pela Companhia.

12.2.1. Movimentação do imobilizado (Controladora e Consolidado)

	Taxa média anual de depreciação	Saldo em 31 de dezembro de 2025	Adições (b)	Deprecia -ção	Baixas	Transfe- rências	Reversão Red. Valor Recuperável	Saldo em 30 de setembro de 2026
Máquinas e equipamentos	7%	102.326	10	(6.692)	(356)	49.613	23	**144.924**
Móveis e utensílios	11%	318.340	46.773	(43.689)	(90)	9.695	27	**331.056**
Equipamentos de informática	20%	70.454	29.908	(21.997)	(12)	7.945	26	**86.324**
Benfeitorias (a)	9%	555.957	-	(64.689)	(6.961)	109.754	359	**594.420**
Terrenos	-	126	-	-	-	-	-	**126**
Imobilizado em andamento	-	9.192	196.940	-	-	(177.007)	-	**29.125**
Custo estimado de devolução de lojas	-	1.043	108	(122)	(240)	-	-	**789**
Total		**1.057.438**	**273.739**	**(137.189)**	**(7.659)**	**-**	**435**	**1.186.764**

(a) As benfeitorias incluem ativos diversos como obras civis, luminosos, sistema de incêndio etc. A taxa de depreciação é definida pela vida útil desses bens.

(b) Durante o período findo em 30 setembro de 2026, a C&A adquiriu R$273.739 de ativos imobilizados, dos quais R$62.707 encontram-se como contas a pagar registradas em fornecedores (R$213.618 durante o mesmo período de 2025 dos quais R$49.719 encontravam-se como contas a pagar) e R$93.235 foram desembolsados em 2026 referente aquisições ocorridas anteriormente à 31 de dezembro de 2025 (no exercício de 2025 foram desembolsados R$85.821, referente aos anos anteriores).

	Taxa média anual de depreciação	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Adições (b)	Deprecia -ção	Baixas	Transfe- rências	Reversão (constituição) Red. Valor Recuperável	Saldo em 30 de setembro de 2025
Máquinas e equipamentos	7%	88.990	249	(5.516)	(152)	1.092	142	**84.805**
Móveis e utensílios	11%	228.459	70.128	(35.555)	(2.587)	11.279	2.926	**274.650**
Equipamentos de informática	20%	64.026	10.012	(19.197)	(2.018)	543	91	**53.457**
Benfeitorias (a)	9%	434.292	70	(54.809)	(5.469)	83.550	161	**457.795**
Terrenos	-	126	-	-	-	-	-	**126**
Imobilizado em andamento	-	5.448	133.159	-	-	(96.464)	-	**42.143**
Ativo em poder de terceiro	-	227	-	-	-	-	-	**227**
Custo estimado de devolução de lojas	-	2.146	-	(213)	(694)	-	-	**1.239**
Total		**823.714**	**213.618**	**(115.290)**	**(10.920)**	**0**	**3.320**	**914.442**

13. Intangível

13.1. Política contábil

Ativos intangíveis com vida útil definida (softwares, sistemas e fundo de comércio) são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e perdas de valor recuperável. Sistemas de informática contempla os gastos com licenciamento de softwares e com o desenvolvimento interno de sistemas.

Os dispêndios com desenvolvimento que correspondem a gastos diretos com pessoal e serviços, são capitalizados como ativos intangíveis quando atendem aos seguintes critérios: viabilidade

técnica para conclusão do projeto, intenção e capacidade de uso ou comercialização, geração de benefícios econômicos futuros e possibilidade de mensuração confiável dos custos envolvidos. Os gastos relacionados à manutenção e à pesquisa são reconhecidos diretamente como despesa no resultado do exercício.
A amortização desses ativos tem início quando estão disponíveis para uso, sendo calculada pelo método linear com base na vida útil estimada. A vida útil e o método de amortização são revisados ao final de cada exercício, e mudanças nas estimativas são contabilizadas prospectivamente.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida estão sujeitos a testes de recuperabilidade realizados anualmente.

13.2. Composição do intangível (controladora e consolidado)

	30/09/2026				31/12/2025			
	Custo	**Amortização acumulada**	**Red. Valor Recuperável**	**Saldo Contábil**	**Custo**	**Amortização acumulada**	**Red. Valor Recuperável**	**Saldo Contábil**
Sistemas de informática	1.172.250	(830.307)	(375)	**341.568**	1.076.698	(693.705)	(384)	382.609
Fundo de comércio	-	-	-	**-**	77.273	(58.910)	-	18.363
Direito de exploração de serviços financeiros	415.000	-	-	**415.000**	415.000	-	-	415.000
Intangível em andamento	22.420	-	-	**22.420**	33.759	-	-	33.759
Total	**1.609.670**	**(830.307)**	**(375)**	**778.988**	**1.602.730**	**(752.615)**	**(384)**	**849.731**

A Companhia detém um ativo intangível com vida útil indefinida: o direito de exploração de serviços financeiros. Esse direito foi adquirido em 1º de dezembro de 2021 e não possui prazo determinado para sua utilização. A operação foi registrada pelo valor de aquisição de R$ 415.000. Embora não tenha havido ágio na transação, em razão da natureza do ativo, anualmente é realizado o teste de recuperabilidade.

13.3. Movimentação do intangível (controladora e consolidado)

	Taxa média anual de amortização	**Saldo em 31 de dezembro de 2025**	**Adições (a)**	**Amortização**	**Baixas**	**Transferências**	**Reversão Red. Valor Recuperável**	**Saldo em 30 de setembro de 2026**
Sistemas de informática	18,50%	382.609	-	(136.613)	(36)	95.599	9	**341.568**
Fundo de comércio (b)	10,00%	18.363	-	(2.512)	-	(15.851)	-	**-**
Direito de exploração de serviços financeiros	-	415.000	-	-	-	-	-	**415.000**
Intangível em andamento	-	33.759	91.056	-	-	(102.395)	-	**22.420**
Total		849.731	**91.056**	**(139.125)**	**(36)**	**(22.647)**	**9**	**778.988**

(a) Durante o período findo em 30 de setembro de 2026, a C&A adquiriu R$ 91.056 à conta de intangíveis, referente a sistemas. Deste valor, R$ 12.878 estão registrados como contas a pagar em fornecedores, e R$29.982 foram desembolsados em 2026, referentes a aquisições ocorridas antes de 31 de dezembro de 2025.

(b) Durante o período findo em 30 de setembro de 2026, a Companhia realizou a transferência dos valores registrados como fundo de comércio, relacionados a pontos comerciais, de intangível para o direito de uso, no montante de R$ 22.647, de forma a refletir adequadamente a apresentação nas demonstrações financeiras intermediárias.

	Taxa média anual de amortização	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Adições	Amortização	Baixas	Transferências	Reversão Red. Valor Recuperável	Saldo em 30 de setembro de 2025
Sistemas de informática	18,5%	438.131	-	(138.138)	(5.632)	76.401	6.161	376.923
Fundo de comércio	10,0%	20.833	-	(2.527)	(575)	150	575	18.456
Direito de exploração de serviços financeiros	indefinido	415.000	-	-	-	-	-	415.000
Intangível em andamento		18.843	84.767	-	-	(76.551)	-	27.059
Total		892.807	**84.767**	**(140.665)**	**(6.207)**	**-**	**6.736**	**837.438**

14. Redução ao valor recuperável (Impairment)

14.1. Política contábil

A Administração revisa, ao final de cada exercício, o valor contábil líquido dos ativos para avaliar possíveis eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de valor recuperável. Quando identificadas tais evidências e constatado que o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma estimativa de desvalorização (*impairment*), ajustando o valor contábil ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é definido como o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Cada loja é considerada uma unidade geradora de caixa independente, com exceção da loja localizada no Shopping Iguatemi de São Paulo, que é considerada uma loja conceito, e gera benefícios para as demais operações da C&A.

A Companhia utiliza como indicativo de perda de valor recuperável as lojas que, ao final do exercício, apresentam EBITDA (Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) negativo e/ou que sofreram *impairment* no ano anterior. Para tanto, as lojas devem ter mais de três anos de operação, idade em que são consideradas maduras pela Companhia.

O ativo intangível com vida útil indefinida, referente ao direito de exploração dos serviços financeiros, é submetido a testes de *impairment* anualmente.

A avaliação da redução ao valor recuperável é baseada em previsões e orçamentos financeiros detalhados, elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa à qual os ativos estão alocados. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros, com premissas-chave baseadas na experiência passada e alinhadas a fontes externas de informação.

Além disso, a Companhia registra estimativa para redução ao valor recuperável em casos de fechamento de lojas, quando estas são aprovadas pela Administração. A estimativa para perda é constituída no montante estimado para baixa de ativos, sendo revertida no momento da efetiva baixa.

14.2. Avaliação do valor recuperável por unidade geradora de caixa (UGC)

A Companhia utilizou projeções de fluxo de caixa, após o imposto de renda, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração, observando a consistência com os resultados

apresentados no passado. Para a elaboração do fluxo de caixa descontado, foram consideradas as mesmas premissas e critérios utilizados na Demonstração Financeira referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a qual pode ser consultada para obtenção de informações adicionais e detalhamento das estimativas consideradas.

Na data base 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantinha provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Natureza	Teste de recuperabilidade		Operações descontinuadas, reformas e encerramentos de lojas		Total	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Imobilizado	**(2.509)**	(2.509)	**-**	(435)	**(2.509)**	(2.944)
Intangível	**-**	-	**(375)**	(384)	**(375)**	(384)
Subtotal	**(2.509)**	**(2.509)**	**(375)**	**(819)**	**(2.884)**	**(3.328)**
Direito de uso	**(4.013)**	(2.015)	**-**	(1.419)	**(4.013)**	(3.434)
Total	**(6.522)**	**(4.524)**	**(375)**	**(2.238)**	**(6.897)**	**(6.762)**

14.3. Avaliação do valor recuperável do ativo intangível sem vida útil definida

A recuperabilidade do ativo "direito de exploração dos serviços financeiros" é avaliada anualmente com base no método de valor em uso, utilizando as melhores estimativas fornecidas pela Administração quanto ao desempenho futuro do negócio.

O valor recuperável do ativo "direito de exploração dos serviços financeiros" é superior ao seu valor contábil, e por este motivo, nenhuma estimativa para perda ao valor recuperável é reconhecida.

15. Arrendamentos

15.1. Política contábil

Um contrato é ou contém um arrendamento se por meio dele é transferido o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação, para o qual é necessário avaliar se:

(i) o contrato envolve o uso de um ativo identificado, que pode estar explícito ou implícito, e pode ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver o direito substancial de substituir o ativo, então o ativo não é identificado;

(ii) a Companhia tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo durante o período do contrato; e

(iii) a Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo. A Companhia tem o direito de tomada de decisão para alterar como e para qual finalidade o ativo é usado, se:
- tem o direito de operar o ativo, ou
- projetou o ativo, de forma que predetermina como e para qual finalidade será usado.

No início do contrato, a Companhia reconhece um ativo com direito de uso e um passivo de arrendamento que representa a obrigação de efetuar os pagamentos relacionados ao ativo subjacente do arrendamento.

A C&A utilizou, como componente do custo, os valores de pagamentos de arrendamento fixos ou fixos em essência, que seriam os pagamentos mínimos acordados em contratos com pagamentos variáveis de acordo com atingimento de receitas, brutos de PIS e COFINS. Aos montantes de ativo por direito de uso também são adicionados os pagamentos antecipados de arrendamentos e provisões para restauração de lojas, deduzidos dos incentivos recebidos de arrendadores. Os valores de pagamentos especificamente variáveis são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início do contrato, descontados usando a taxa de juros incremental, definida como a taxa de juros nominal (com inflação) equivalente à que a C&A teria ao contratar um empréstimo por prazo semelhante e com garantia semelhante.

A C&A aplica julgamento para determinar o prazo de arrendamento dos contratos de aluguel de lojas, centros de distribuição e escritório. O prazo considera o período não cancelável e os períodos cobertos por opções de renovação que a Companhia esteja razoavelmente certa de exercer. Nessa avaliação, a C&A considera os fatos e circunstâncias que criam incentivo econômico para permanecer no imóvel, entre eles o direito à renovação previsto na Lei nº 8.245 (Lei do Inquilinato), o histórico de renovação de seus contratos e os investimentos relevantes em benfeitorias. A avaliação sobre o exercício dessas opções tem impacto no prazo do arrendamento e pode afetar significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos.

Com base no histórico, as renovações costumam ser negociadas próximas ao vencimento, com prazos e valores substancialmente diferentes dos contratos anteriores. Por isso, a C&A as trata como novos contratos na data da assinatura e não as antecipa no prazo do arrendamento, exceto quando a Companhia adota um novo modelo de reforma de lojas, de maior escopo e investimento, aprovado com horizonte de retorno de 10 anos. Com isso, passa a reavaliar o prazo do arrendamento:

(i) na conclusão da reforma ou ampliação da loja; e
(ii) na assinatura de novo contrato ou aditivo.

Nesses casos, o prazo passa a ser de 10 anos contados da reinauguração da loja, ou o prazo contratual, se maior. O passivo de arrendamento é remensurado com a taxa incremental vigente na data da reavaliação, em contrapartida ao ativo de direito de uso.

15.2. Taxa de juros incremental

A C&A determina suas taxas de juros incrementais com base nas curvas de créditos disponibilizadas pela ANBIMA, que refletem diferentes prazos e níveis de risco no mercado secundário. As taxas extraídas são ajustadas à realidade da C&A, considerando seu perfil de crédito. As taxas são atualizadas mensalmente e a cada novo contrato de arrendamento.

Taxas incrementais por prazos de contrato praticadas em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

	30/09/2026		31/12/2025	
Prazos dos contratos	**Taxa Real (% a.a.)**	**Taxa Nominal (% a.a.)**	**Taxa Real (% a.a.)**	**Taxa Nominal (% a.a.)**
de 0 a 3 anos	**7,8**	**14,5**	6,1 - 9,4	14,1 - 16,3
de 3 a 5 anos	**8,4 - 8,8**	**14,6 - 14,9**	6,4 - 8,2	13,9 - 16,1
de 5 a 6 anos	**8,3 - 8,8**	**13,1 - 14,9**	6,2 - 7,6	13,5 - 15,6
de 6 anos a 10 anos (ou mais)	**6,5 - 8,7**	**14 - 15,1**	6,6 - 9,1	14,2 - 17,2

Movimentação de saldos do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento (Controladora e Consolidado)

15.2.1. Movimentação do ativo de direito de uso

	Ativo por direito de uso			Passivo de arrendamento
	Imóveis	**Equipamentos**	**Total**	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**1.452.449**	**22.099**	**1.474.548**	**(1.780.243)**
Amortização	(282.550)	(4.344)	(286.894)	-
Encargos financeiros	-	-	-	(151.935)
Pagamentos de principal	-	-	-	277.788
Pagamentos de juros	-	-	-	144.967
Provisão para custos de desmontagem	987	-	987	-
Pagamentos antecipados	(303)	-	(303)	-
Fundo de comércio	22.647	-	22.647	-
Contratos novos	73.033	-	73.033	(73.033)
Rescisões contratuais	(579)	-	(579)	1.633
Remensuração	231.236	787	232.023	(232.023)
Saldo em 30 de setembro de 2026	**1.496.920**	**18.542**	**1.515.462**	**(1.812.846)**
Passivo circulante				**(356.141)**
Passivo não circulante				**(1.456.705)**

O montante apresentado acima não está deduzido dos créditos de PIS/COFINS sobre o pagamento de arrendamentos, no valor de R$37.769 (R$48.585 em 2025), e sobre os juros, no valor de R$12.667 (R$15.360 em 2025). Esses créditos foram registrados diretamente no resultado como redutores da despesa de amortização e de juros. No período findo em 30 de setembro de 2026, houve renovação de 14 contratos, 11 novos contratos e 2 encerrados (No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, houve a renovação de 30 contratos, 21 novos contratos e 4 encerrados).

15.3. Comparação de projeções de arrendamentos entre os cenários

Atendendo ao Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2019 e com o objetivo de proporcionar ao mercado uma visão completa dos diversos efeitos que surgem com a aplicação de modelos com e sem inflação no fluxo de pagamentos mínimos dos arrendamentos, usando uma mesma taxa de juros incremental para desconto (6,5% a 14,9%), são apresentados a seguir os saldos comparativos do

passivo do arrendamento do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de amortização do atual exercício social de acordo com os seguintes cenários:

Cenários	Taxa Incremental	Fluxo de pagamentos futuros
1	Nominal	Com projeção da inflação
2	Nominal	Sem projeção da inflação

O cenário 2 foi o adotado pela C&A para o período findo em 30 de setembro de 2026, conforme determina o CPC 06 (R2) / IFRS16. Apresentamos abaixo os saldos comparativos do passivo de arrendamento:

	30/09/2026			
Cenários	Passivo de arrendamento	Encargos financeiros	Despesa de depreciação	Total de despesa
Cenário 1	2.115.139	93.937	318.687	412.624
Cenário 2 (contabilizado)	1.812.846	151.935	286.894	438.829

	31/12/2025			
Cenários	Passivo de arrendamento	Encargos financeiros	Despesa de depreciação	Total de despesa
Cenário 1	1.951.336	113.770	414.411	528.181
Cenário 2 (contabilizado)	1.780.243	191.294	375.701	566.995

15.4. Pagamentos futuros mínimos e direito potencial do PIS e da COFINS (Controladora e Consolidado)

Os pagamentos futuros mínimos a título de arrendamento, nos termos dos arrendamentos mercantis, juntamente com o valor justo dos pagamentos mínimos de arrendamento, são os seguintes:

	30/09/2026		31/12/2025	
Com vencimento	**Pagamentos**	**Direito Potencial de PIS/COFINS (a)**	**Pagamentos**	**Direito Potencial de PIS/COFINS (a)**
Menos de um ano	**538.465**	**(12.813)**	547.966	(49.005)
De um a cinco anos	**1.591.996**	**-**	1.406.133	-
Mais de cinco anos	**505.847**	**-**	502.386	-
Total dos pagamentos mínimos	**2.636.308**	**(12.813)**	**2.456.485**	**(49.005)**
Desconto ao valor presente dos pagamentos mínimos	**(823.462)**	**4.356**	(676.242)	16.711
Valor presente dos pagamentos mínimos	**1.812.846**	**(8.457)**	**1.780.243**	**(32.294)**
Passivo Circulante	**356.141**		372.743	
Passivo Não circulante	**1.456.705**		1.407.500	

(a) O direito potencial de PIS/COFINS corresponde ao valor que a C&A poderá recuperar caso os pagamentos futuros de arrendamentos se realizem. Com a promulgação da Emenda Constitucional 132/2023, esses pagamentos gerarão créditos de PIS e COFINS apenas até 31 de dezembro de 2026, uma vez que essas contribuições serão extintas e substituídas pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). A alíquota de referência aplicável à CBS para 2027, calculada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), ainda depende da definição do Senado Federal (nota 34).

Durante o período findo em 30 de setembro de 2026, a despesa relativa aos 8 contratos de arrendamento variável foi de R$3.757 (14 contratos no mesmo período de 2025 no montante R$3.560). As despesas relativas a arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor totalizaram R$20.652 (R$18.975 no mesmo período de 2025), e se referem a aluguéis de impressoras, empilhadeiras e lojas em ação renovatória de aluguel. Devido à baixa relevância, não estão sendo apresentados o compromisso futuro dos pagamentos mínimos dos arrendamentos de ativos de baixo valor e contratos de curto prazo, bem como as despesas projetadas e a análise de sensibilidade dos arrendamentos variáveis.

A C&A não fornece imóveis em garantia para nenhuma de suas operações.

16. Fornecedores

16.1. Política contábil

Fornecedores representam as obrigações da C&A decorrentes da compra de produtos, serviços, gastos com ocupação, imobilizado e intangível. As operações de compras de mercadorias a prazo são ajustadas ao valor presente na data das transações. A contrapartida do ajuste a valor presente dos fornecedores de mercadoria é efetuada contra os estoques e a recomposição dos juros é registrada *pro rata die* e lançada como despesa financeira. Para os demais fornecedores a contrapartida do ajuste a valor presente e a recomposição dos juros são efetuados diretamente como despesa financeira.

As taxas de juros mensais utilizadas para o cálculo a valor presente dos fornecedores em aberto em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025 foram de 1,08% a.m. e 1,17% a.m., respectivamente.

16.2. Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
Fornecedores de mercadorias	**600.036**	734.876	**600.036**	734.877
Fornecedores – Partes Relacionadas (a)	**174.028**	125.046	**170.544**	115.974
Fornecedores de materiais, ativos e serviços	**460.991**	486.289	**478.333**	502.056
Ajuste a valor presente	**(19.414)**	(28.075)	**(19.414)**	(28.075)
	1.215.641	1.318.136	**1.229.499**	1.324.832
Passivo circulante	**1.215.641**	1.318.136	**1.229.499**	1.324.832

(a) Refere-se às transações com C&A Sourcing relacionadas às compras de mercadoria importadas.

16.3. Obrigações de Risco Sacado

A C&A firma acordos de financiamento com seus fornecedores e a participação no acordo é opcional para eles. Os fornecedores que aderem ao acordo de financiamento recebem o pagamento antecipado das faturas enviadas a C&A por meio de instituições financeiras externas, através do pagamento de uma taxa à instituição financeira, da qual a C&A não é parte. Para que a instituição financeira pague as faturas, os bens devem ter sido recebidos e as faturas devem ser aprovadas pela C&A. Os pagamentos aos fornecedores antes da data de vencimento da fatura são processados pela instituição financeira e, em todos os casos, a C&A quita a fatura original pagando a instituição financeira de acordo com a data de vencimento original mencionada.

O convênio não altera as características das condições comerciais, prazos e preços anteriormente estabelecidos entre a C&A e seu fornecedor, e, por este motivo, os saldos a pagar foram considerados como passivos operacionais. Caso os saldos de obrigações de risco sacado fossem considerados como passivos financeiros, o cumprimento das cláusulas de *covenants* estariam mantidos.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
Obrigações de Risco Sacado (a)	**265.165**	421.205	**265.165**	421.205
Intervalo de vencimento dos pagamentos:				
Passivos que fazem parte das operações de risco sacado	**107**	104 dias	**107**	104 dias
Fornecedores e outras contas a pagar que não fazem parte das operações de risco sacado	**103**	103 dias	**103**	103 dias

(a) Todos os fornecedores receberam os pagamentos diretamente do banco com o qual o contrato foi firmado.

A C&A recebeu com essa operação uma comissão no montante de R$14.627 referente ao período findo em 30 de setembro de 2026 (R$7.208 durante o mesmo período de 2025). No período findo em 30 de setembro de 2026, a taxa de desconto aplicada pelas instituições financeiras aos fornecedores variou entre 1,56% a.m. a 1,86% a.m. (1,57% a.m. a 1,87% a.m. durante o mesmo período de 2025), sendo que parte dessa taxa corresponde ao *spread* repassado a C&A a título de comissão.

17. Empréstimos e debêntures

17.1. Política contábil

Os empréstimos e debêntures são reconhecidos inicialmente a valor justo e, em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado conforme previsto em contrato. Os custos incorridos, incluindo taxas, comissões e outros custos são registrados como redutores no passivo e apropriados ao resultado mensalmente durante o período da dívida. Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros gastos incorridos pela C&A relativos aos empréstimos. Os juros pagos de empréstimos, debêntures e passivo de arrendamento são apresentados como atividade de financiamento no fluxo de caixa.

17.2. Composição dos empréstimos e debêntures (Controladora e Consolidado)

Condições contratadas				Movimentação no ano					Vencimentos				
Descrições	**Taxas a.a.**	**Emissão**	**Valor**	**Saldo em 31 de dezembro de 2025**	**Pagamento de principal**	**Pagamento dos juros e custo de captação**	**Despesa com juros e amortização dos custos**	**Saldo em 30 de setembro de 2026**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**2030**
Debêntures 2ª Emissão 2ª série	100% CDI + 2,40%	04/2022	352.500	41.964	**(13.702)**	**(3.321)**	**4.157**	**29.098**	1.694	13.702	13.702	-	-
Debêntures 3ª Emissão 1ª série	100% CDI + 1,80%	07/2024	495.963	534.063	**-**	**(80.163)**	**58.036**	**511.936**	-	511.936	-	-	-
Notas Comerciais série única, 5ª emissão	100% CDI + 1,40%	11/2024	80.000	81.865	**-**	**(6.066)**	**9.167**	**84.966**	84.966	-	-	-	-
Debêntures 4ª Emissão 1ª série	100% CDI + 0,80%	09/2025	200.000	205.555	**-**	**(26.299)**	**21.932**	**201.188**	-	1.188	200.000	-	-
Debêntures 4ª Emissão 2ª série	100% CDI + 1,00%	09/2025	100.000	102.814	**-**	**(13.336)**	**11.187**	**100.665**	-	666	33.333	33.333	33.333
(-) Custo de transação				(5.789)	**-**	**-**	**2.321**	**(3.468)**	(776)	(1.953)	(284)	(260)	(195)
Total				960.472	**(13.702)**	**(129.185)**	**106.800**	**924.385**	**85.884**	**525.539**	**246.751**	**33.073**	**33.138**
Passivo circulante				139.796				**611.505**					
Passivo não circulante				820.676				**312.880**					

17.3. Custo de transação (Controladora e Consolidado)

O custo de captação é amortizado com base nas vigências dos contratos.

				Custo de transação			
Descrição	**Emissão**	**Série**	**Vencimento/ Quitação**	**Custos incorridos**	**31/12/2025**	**Apropriado no período**	**30/09/2026**
Debêntures	2ª emissão	2a	13/05/2028	**(2.762)**	(172)	55	**(117)**
Debêntures	3ª emissão	1a	01/07/2027	**(8.274)**	(4.384)	2.072	**(2.312)**
Debêntures	4ª emissão	1a	15/09/2028	**(869)**	(826)	130	**(696)**
Debêntures	4ª emissão	2a	15/09/2030	**(428)**	(407)	64	**(343)**
					(5.789)	**2.321**	**(3.468)**

17.4. Movimentação dos empréstimos e debêntures

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2026	**30/09/2025**
Saldo inicial - Dezembro	**960.472**	1.498.013
(-) Custo de captação	**-**	(408)
(-) Pagamento de principal	**(13.702)**	(228.382)
(-) Pagamento dos juros	**(129.185)**	(156.331)
Total efeito caixa	**(142.887)**	(385.121)
(+) Juros	**104.479**	147.947
(+) Amortização dos custos	**2.321**	3.841
(-) Variação Cambial	**-**	(15.659)
Total sem efeito caixa	**106.800**	136.129
Saldo final - Setembro	**924.385**	1.249.021

Todos os recursos acima foram captados para reforço do capital de giro, sem concessão de garantia por parte da C&A.

17.5. Cláusulas contratuais restritivas "*covenants*"

Os contratos de financiamento e debêntures contêm cláusulas restritivas usuais, que podem resultar em vencimento antecipado caso não sejam cumpridas.

Com base nas cláusulas vigentes, a C&A deve atender a certos *covenants* financeiros e não financeiros. Os *covenants* financeiros, medidos anualmente em 31 de dezembro, incluem os seguintes principais indicadores:

I. **Dívida Liquida / EBITDA Ajustado:** Manutenção da razão entre Dívida Líquida (composta por empréstimos e debêntures mais ou menos o saldo de derivativos menos caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira) e EBITDA Ajustado (composto pelo EBITDA mais receita com desconto de fornecedores menos os resultados não operacionais, definidos como venda de ativos, provisões/reversões de contingências, *impairment* e despesas de reestruturação), em patamar igual ou inferior a 3,0 vezes, que serão calculados

anualmente sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Para tal cálculo considera-se o EBITDA Ajustado (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization)* dos últimos 12 (doze) meses e desconsidera os efeitos trazidos pela adoção do CPC06(R2)/IFRS16.

Os "*covenants*" não financeiros são, substancialmente:

I. **Publicação das Demonstrações Financeiras:** A Emissora deve publicar e manter disponíveis suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas.
II. **Sentença Condenatória:** É vedada a existência de sentença condenatória que envolva atos de discriminação racial ou de gênero, trabalho infantil, trabalho escravo, exploração da prostituição ou crimes contra o meio ambiente.

A C&A monitora periodicamente os indicadores que podem impactar os *covenants*. Em 30 de setembro de 2026, a Companhia cumpria com todas as cláusulas de *covenants*.

18. Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
Férias e encargos	**97.808**	101.389	**98.650**	102.138
Salários e encargos	**104.236**	59.013	**104.657**	59.418
Incentivo de curto prazo	**29.596**	83.958	**30.061**	85.440
Outras obrigações (b)	**8.174**	13.848	**8.758**	14.018
Encargos s/ incentivo de longo prazo (a)	**7.363**	29.643	**7.363**	29.643
Provisão de benefícios	**12.308**	19.112	**12.308**	19.112
	259.485	306.963	**261.797**	309.769
Passivo circulante	**247.982**	290.811	**250.294**	293.617
Passivo não circulante	**11.503**	16.152	**11.503**	16.152

(a) O valor dos encargos sociais sobre a remuneração baseada em ações é calculado com base no valor da ação da C&A Modas da data de reporte e por este motivo está sujeito a oscilações.
(b) Outras obrigações referem-se, substancialmente, a provisões para obrigações rescisórias e ao imposto de renda retido na fonte.

19. Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
ICMS	**28.374**	168.661	**28.374**	168.661
PIS/ COFINS	**27.179**	98.989	**27.739**	100.078
Outros (a)	**6.770**	27.752	**7.481**	29.042
	62.323	295.402	**63.594**	297.781
Passivo circulante	**60.495**	281.077	**61.766**	283.456
Passivo não circulante	**1.828**	14.325	**1.828**	14.325

(a) Compreende, substancialmente, ISS, INSS, IOF, entre outros.

20. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais

20.1. Política contábil

A C&A é parte em diversos processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais, baseada no parecer de seus assessores jurídicos.

20.2. Saldos e movimentações das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

20.2.1. Controladora

	31/12/2025	Constituição (reversão)	Pagamentos	Atualização	30/09/2026
Tributárias (a)	**148.834**	**(66.490)**	**(567)**	**7.481**	**89.258**
Trabalhistas (b)	**33.469**	**14.235**	**(11.764)**	**2.284**	**38.224**
Cíveis (b)	**2.165**	**11.875**	**(13.097)**	**123**	**1.066**
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	**184.468**	**(40.380)**	**(25.428)**	**9.888**	**128.548**

20.2.2. Consolidado

	31/12/2025	Constituição (reversão)	Pagamentos	Atualização	30/09/2026
Tributárias (a)	**148.834**	**(66.490)**	**(567)**	**7.481**	**89.258**
Trabalhistas (b)	**33.470**	**14.235**	**(11.764)**	**2.284**	**38.225**
Cíveis (b)	**4.250**	**11.992**	**(13.157)**	**123**	**3.208**
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	**186.554**	**(40.263)**	**(25.488)**	**9.888**	**130.691**

(a) As provisões tributárias referem-se, substancialmente, às discussões relativas aos seguintes tributos:

PIS/COFINS: Glosa do direito aos créditos relativos a despesas utilizadas como insumos na atividade fim e dos créditos de COFINS Importação;

A Companhia possui autos de infração que se referem à glosa de créditos de PIS/COFINS, decorrentes das discussões relativas as despesas consideradas não elegíveis como "insumos" em sua atividade-fim.

Os assessores jurídicos reavaliaram o prognóstico do tema de "provável" para "possível" com base em decisões de 2026, que não foram afetados em repetitivo e evidenciando o entendimento da Corte Superior (STJ) no sentido de que a análise sobre a essencialidade e relevância dessas despesas deve ser realizada no âmbito do tribunal de origem, com base em aspectos fáticos e probatórios, reforçando não haver decisões desfavoráveis pela corte acerca deste tema. Com isso, houve uma reversão de R$ 80.746, que impacta a movimentação líquida ocorrida no período.

ICMS: Glosa de créditos e discussões sobre aplicação de multas, base de cálculo, tarifa de energia elétrica, entre outros;

INSS: Não homologação de pedidos de compensação referentes a créditos previdenciários.

Outras Tributárias: Discussões sobre demais tributos, tais como: ITBI, ISS, II e outros tributos não especificados acima.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026, a Companhia identificou novos processos que, avaliados em conjunto, resultaram na constituição de provisão no montante de R$14.256.

(b) Trabalhistas e cíveis: A mensuração da provisão para os processos trabalhistas é realizada desde a fase recursal e obtida pela aplicação da média histórica dos pagamentos e ponderado pelo percentual de perda do mesmo lapso temporal. Na fase de execução, a provisão é constituída com base nos valores atualizados da decisão desfavorável. Os critérios são revisados semestralmente para averiguar a aderência das premissas, sendo que a última revisão ocorreu em junho de 2026. Já a mensuração da provisão para os processos cíveis massificados é calculada com base na aplicação da média histórica dos valores gastos e do percentual de perda.

20.3. Depósitos judiciais

A C&A está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos judiciais para garantir o prosseguimento dos processos judiciais, conforme requerido pelos tribunais, e/ou efetuados por decisão estratégica da Administração para proteção de seu caixa. Os valores dos depósitos são corrigidos com base nas taxas oficiais divulgadas no país. Assim, o montante atualizado dos depósitos judiciais é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
Tributários	**72.194**	67.653	**72.194**	67.653
Trabalhistas e Cíveis	**22.141**	23.705	**22.142**	23.707
Total	**94.335**	**91.358**	**94.336**	**91.360**

20.4. Depósitos judiciais com passivo correspondente

A C&A mantém depósitos judiciais com passivo correspondente para os temas relacionados a COFINS Importação.

20.5. Contingências de perda possível

20.5.1. Contingências tributárias

Em 30 de setembro de 2026, a C&A apresenta um montante atualizado de R$667.738 (R$591.507 em 31 de dezembro de 2025), referente a demandas judiciais e/ou administrativas cuja expectativa de perda é classificada como possível. Em conformidade com as práticas contábeis vigentes, não são constituídas provisões contábeis para essas contingências. A seguir, são apresentadas as principais demandas, cujos valores incluem o montante principal acrescido de multa e juros, e cuja probabilidade de perda foi avaliada como possível pelos assessores jurídicos da C&A.

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**
PIS/COFINS - Glosa de créditos e compensações não homologadas (a)	**280.334**	211.410
IRPJ/CSLL e PIS/COFINS – Momento da tributação (b)	**165.342**	155.191
INSS - Compensações não homologadas e outros (c)	**110.962**	110.937
ICMS - Glosa de créditos e outros (d)	**58.627**	63.393
Tributos de Importação (e)	**35.713**	34.386
Outras demandas	**16.760**	16.190
	667.738	**591.507**

a) PIS/COFINS - Glosa de créditos relativos a despesas utilizadas como insumos, com impactos decorrentes da reavaliação de riscos (Nota 20.2.2) e compensações não homologadas;
b) IRPJ/CSLL e PIS/COFINS - Processos administrativos em que se discute o momento da tributação do indébito tributário;
c) INSS - Não homologação de pedidos de compensação referentes a créditos previdenciários e incidência das contribuições previdenciárias;
d) ICMS – Glosa de créditos e discussões sobre aplicação de multas, base de cálculo, entre outros;
e) Tributos de Importação - Processos administrativos em que se discute a não inclusão de royalties pagos por uso de marcas licenciadas.

20.5.2. Contingências cíveis e trabalhistas

As provisões relacionadas a causas cíveis e trabalhistas são revisadas periodicamente e reconhecidas com base na metodologia descrita na Nota 20.2.2b.

Em decorrência de fatores externos, não sob controle da C&A, não é praticável a determinação da época de desembolso, se houver, das discussões judiciais e administrativas que a C&A venha a perder.

21. Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
Obrigações com locatários (a)	**59.728**	56.942	**59.728**	56.942
Crédito de clientes (b)	**3.067**	6.156	**17.784**	19.466
Seguros a repassar	**-**	-	**6.595**	5.433
Outros	**4.010**	4.331	**4.010**	4.820
	66.805	67.429	**88.117**	86.661
Passivo circulante	**14.480**	17.220	35.789	36.452
Passivo não circulante	**52.325**	50.209	**52.328**	50.209

a) Refere-se, substancialmente, a incentivos de aluguel recebidos dos locatários no valor de R$5.368 (R$6.773 em 2025), à provisão de R$42.772 para restaurar a loja à sua condição original (R$42.175 em 2025) e aos valores relativos a contratos com montantes em discussão no valor de R$4.745 (R$2.386 em 2025) em ação revisional.
b) Refere-se a vales-troca e cartões-presentes válidos e ainda não utilizados pelos clientes, assim como a créditos excedentes, provenientes de pagamentos realizados a maior por clientes do cartão de crédito C&A Pay, que serão abatidos de compras futuras e/ou devolvidos aos clientes.

22. Patrimônio líquido

22.1. Capital social

Em 30 de setembro de 2026, o capital social no valor de R$ 1.847.177 é representado por 308.245.068 ações ordinárias totalmente integralizadas (31 de dezembro de 2025: 308.245.068).

A composição acionária em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025 é apresentada como segue:

	30/09/2026		31/12/2025	
Acionistas	**Quantidade de ações**	**%**	**Quantidade de ações**	**%**
COFRA Investment SARL	80.363.049	26,07%	80.363.049	26,07%
Incas SARL	14.939.166	4,85%	14.939.166	4,85%
Ações em tesouraria	12.181.945	3,95%	5.330.734	1,73%
Administração	3.478.421	1,12%	2.638.742	0,85%
COFRA Latin America	9.068	0,01%	9.068	0,01%
Ações em circulação	197.273.419	64,00%	204.964.309	66,49%
Total	308.245.068	100,00%	308.245.068	100,00%

Conforme previsto no Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social até atingir o limite de 393.000.000 de ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, nos termos do artigo 168 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

O aumento de capital, dentro dos limites do capital autorizado, poderá ser realizado mediante deliberação do Conselho de Administração, por meio da emissão de ações, debêntures conversíveis

em ações ou bônus de subscrição. Caberá ao Conselho aprovar as condições da emissão, incluindo preço, prazo e forma de integralização.

No caso de subscrição com integralização em bens, a competência para aprovar o aumento será da Assembleia Geral, com prévia manifestação do Conselho Fiscal se instaurado.

22.2. Ações em tesouraria

Em 05 de maio de 2026, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a criação de um novo plano de recompra de ações de emissão da própria Companhia, com duração de até 18 meses, encerrando-se em 08 de novembro de 2027. Nos termos do programa, a Companhia poderá adquirir até 10.000.000 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, equivalentes a 4,9% das ações em circulação, observadas as limitações previstas na Resolução CVM 80/2022. Na mesma data, foi encerrado antecipadamente o programa de recompra anterior, iniciado em 13 de janeiro de 2025.

Programa de recompra de ações (em quantidade de ações em tesouraria)

Data de início	Data de término	Total Programa	Total Recomprado	Saldo a Recomprar
13/01/2025	13/07/2026	5.000.000	4.713.800	-
05/05/2026	08/11/2027	10.000.000	9.442.900	557.100

	Quantidade	Custo médio por ação	Valor histórico	Valor de mercado
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.624.126	9,48	34.365	28.124
Recompra de ações	4.163.800	8,66	36.039	36.039
Entrega das ações Plano 2022	(2.457.192)	9,04	(22.214)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	5.330.734	9,04	48.190	68.020
Recompra de ações	**10.542.900**	**10,29**	**108.522**	**108.522**
Entrega das ações Plano 2023	**(3.691.689)**	**11,38**	**(41.995)**	**-**
Saldo em 30 de setembro de 2026	**12.181.945**	**9,42**	**114.717**	**122.185**

22.3. Reserva de capital – ações outorgadas

Refere-se à reserva constituída para as ações outorgadas de acordo com o plano de remuneração baseado em ações. É constituída à medida que o serviço é prestado, e é consumida pela liquidação do plano de remuneração baseado em ações. Para maiores detalhes, verificar na Nota 25.

22.4. Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual 5% serão destinados para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. O saldo da reserva legal em 30 de setembro de 2026 é de R$117.186 (R$117.186 em 31 de dezembro de 2025).

22.5. Reserva de lucros a realizar

A Companhia destinou R$75.720 para a reserva de lucros a realizar que está condicionada a utilização dos créditos de PIS/COFINS, os quais ainda estão pendentes de utilização em 30 de setembro de 2026.

22.6. Reserva para investimento

Essa reserva tem por finalidade e objetivo reforçar o capital de giro da C&A e o desenvolvimento de suas atividades, observado que seu saldo, somado aos saldos de outras reservas de lucros, excetuadas reservas para contingência, reservas de incentivos fiscais e reservas de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o montante de 100% (cem por cento) do capital social. Uma vez atingido esse limite, a Assembleia Geral deliberará, nos termos do artigo 199 da Lei 11.638/07, sobre o excesso, devendo aplicá-lo na integralização, no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2025, baseado no orçamento de capital da Companhia, foram destinados R$399.733 (R$291.293 em 2024) para a reserva de investimento. O saldo da reserva de investimento em 30 de setembro de 2026 é de R$1.638.639.

22.7. Reserva para incentivos fiscais

A C&A goza de incentivos fiscais de ICMS na forma de crédito presumido em razão de sua operação no Estado de Santa Catarina. Assim reconheceu seus impactos como crédito na demonstração de resultado em exercícios anteriores. A destinação desse incentivo para a reserva de incentivos fiscais está limitada à apuração de lucro no exercício já deduzidas das reservas obrigatórias. Em 30 de setembro de 2026 o total da reserva para incentivos fiscais é de R$36.677 (31 de dezembro de 2025: R$ 36.677).

22.8. Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se à parcela considerada efetiva dos instrumentos financeiros designados para hedge de fluxo de caixa, conforme nota 4. Adicionalmente, inclui os efeitos da marcação a mercado dos títulos públicos federais, disponíveis para venda, refletindo as variações no valor justo desses ativos ao longo do período.

23. Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (JSCP)

23.1. Política contábil

Conforme previsto no Estatuto Social, os acionistas têm direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, deduzido da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais e acrescido da reversão de reservas anteriormente formadas, sendo reconhecido como passivo na data do balanço. Eventuais valores que excederem esse mínimo obrigatório são apresentados como dividendos adicionais propostos na demonstração das mutações do patrimônio líquido e registrados como dividendos a pagar somente na data em que tais dividendos adicionais forem aprovados pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral. Os juros sobre capital próprio são imputados aos dividendos mínimos

obrigatórios líquidos de imposto de renda retido na fonte, conforme regulado pela resolução CVM nº 143/2022.

Em 18 de dezembro de 2025 o Conselho da Administração aprovou a distribuição de juros sobre o capital próprio, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, nos montantes demonstrados na tabela abaixo e o pagamento foi realizado em agosto de 2026.

23.2. Distribuição de JSCP e dividendos

	31/12/2025
Lucro líquido do exercício	587.087
(-) Reserva legal	(29.354)
Base de cálculo dos dividendos	557.733
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	**139.433**
Distribuição dividendos e JSCP	
Distribuição JSCP	158.000
(-) IRRF sobre JSCP	(18.221)
Total distribuído	**139.779**

O benefício fiscal obtido com os juros sobre capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de R$53.720 e foi reconhecido na demonstração de resultado.

24. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia e pelas demais empresas do grupo com o objetivo de viabilizar suas operações. Tais transações ocorrem em condições comutativas, não resultando em benefícios indevidos às partes envolvidas nem em prejuízos à C&A. Essas operações são conduzidas em conformidade com as políticas e normas internas, legislação vigente e seguem as melhores práticas relacionadas a operações dessa natureza. As transações são pactuadas com base em valores de mercado observando as regras de preços de transferência quando aplicável.

A seguir, apresentamos a relação e as principais operações que a C&A possui com as partes relacionadas:

Parte relacionada	Tipo de relação	Transações entre partes
Controladoras		
COFRA Investments	Controladora direta	-
Incas SARL	Controladora direta	-
COFRA AG	Controladora indireta final	-
Controladas		
Orion Instituição de Pagamento S.A.	Controladas diretas	Atividades de securitização de créditos
C&A Pay Holding Financeira Ltda	Controladas diretas	Controladora direta final da C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A.
C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A.	Controladas indiretas	Instituição financeira que atua na condição de instituidora de arranjo de pagamento fechado e emissora e administradora dos cartões *private label* "C&A Pay"
C&A Pay Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	Cotista fundo de investimento	Fundo de investimento que adquire direitos creditórios originados pelo cedente SCD C&A Pay, e tem a C&A Modas S.A. como única cotista
Associadas		
C&A Services GmbH	Associada, sem influência significativa	Fornecimento de licenças de softwares
C&A Sourcing Limited	Associada, sem influência significativa	Serviços de intermediação de importação de mercadorias *(trading)*
COFRA Latin America Ltda.	Associada, sem influência significativa	Fornecimento de fianças em contratos de locação da C&A Brasil
Cyamprev Soc. Previd. Privada	Associada, sob influência direta	Entidade fechada de previdência complementar destinada a funcionários da C&A
Instituto C&A	Associada, sob influência direta	Instituição de utilidade pública federal da qual a C&A é sócio apoiador, e que tem como foco de atuação: voluntariado, empreendedorismo e frente de apoios humanitários

Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os saldos em aberto e transações com as partes relacionadas são como segue:

24.1. Transações nos balanços patrimoniais

	Controladora							
	Ativo		Passivo				Resultado	
Partes relacionadas	**Contas a receber/ outros ativos**		**Fornecedores**		**JCP / Dividendos**		**Receita/reembolso (custo/despesa)**	
	30/09/2026	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**30/09/2025**
C&A Pay SCD (a)	**7.733**	77.998	**35**	40	**-**	-	**(91.834)**	(84.855)
C&A Sourcing (b)	**-**	-	**169.786**	118.747	**-**	-	**(553.796)**	(435.099)
FIDC C&A Pay (c)	**-**	-	**3.469**	3.211	**-**	-	**-**	-
COFRA Invest (d)	**-**	-	**-**	-	**-**	35.630	**-**	-
Incas SARL (d)	**-**	-	**-**	-	**-**	6.623	**-**	-
Outros (e)	**31**	39	**738**	3.049	**-**	4	**(2.120)**	(2.721)
	7.764	**78.037**	**174.028**	**125.047**	**-**	**42.257**	**(647.750)**	**(522.675)**

	Consolidado							
	Ativo		Passivo				Resultado	
Partes relacionadas	Contas a receber/ outros ativos		Fornecedores		JCP / Dividendos		Receita/reembolso (custo/despesa)	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	30/09/2025
C&A Sourcing (b)	**-**	-	**169.786**	118.747	**-**	-	**(553.796)**	(435.099)
COFRA Invest (d)	**-**	-	**-**	-	**-**	35.630	**-**	-
Incas SARL (d)	**-**	-	**-**	-	**-**	6.623	**-**	-
Outros (e)	**25**	28	**759**	3.091	**-**	4	**(2.232)**	(2.793)
	25	**28**	**170.545**	**121.838**	**-**	**42.257**	**(556.028)**	**(437.892)**

(a) Valor referente as vendas realizadas através do cartão digital próprio da C&A e reembolso de compartilhamentos de despesas.
(b) Fornecedor de mercadorias
(c) Valores a repassar por recebimentos de faturas.
(d) Valor encontra-se líquido de impostos
(e) Valores referente ao reembolso de compartilhamento de despesas da Cofra Latin, Cyamprev, Instituto C&A e Orion.

24.2. Remuneração dos membros da Diretoria Executiva e Conselho de Administração

As despesas (pagas e a pagar) relativas à remuneração da Administração nos períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 2025 foram como segue:

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025
Remuneração fixa	**14.119**	13.065
Remuneração variável	**1.907**	4.380
Contribuições planos pós empregatícios	**87**	71
Incentivo de longo prazo	**1.896**	6.310
Total sem encargos	**18.009**	23.826
Encargos estimados (a)	**7.204**	22.220
Total com encargos	**25.213**	46.046

(a) O valor dos encargos sociais sobre a remuneração baseada em ações é calculado com base no valor da ação da C&A Modas da data de reporte e por este motivo está sujeito a oscilações.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2026 foi aprovada a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, para o exercício social a findar em 31 de dezembro de 2026, determinada no valor total sem encargos de até R$42.018 (2025: R$ 37.250).

25. Plano de remuneração baseado em ações

Os planos de remuneração baseado em ações vigentes foram aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2023 para os programas de 2023, 2024 e 2025 e em 29 de abril de 2026 para o programa de 2026. A partir desse plano, são instituídos programas aprovados pelo Conselho de Administração, bem como realizadas as respectivas outorgas aos participantes elegíveis.

A quantidade final de ações que o executivo poderá efetivamente receber ao final do período de *vesting* dependerá do nível de atingimento das metas de desempenho da C&A, conforme fator de performance previsto em contrato.

O direito às ações será adquirido ao término do período de 3 (três) anos contado da data da outorga, desde que sejam cumpridas as condições de elegibilidade e aquisição prevista no regulamento de cada programa, as quais poderão incluir requisitos de permanência, desempenho ou outras condições específicas.

Os encargos sociais incidentes sobre a remuneração baseada em ações são de responsabilidade da C&A e será recolhido por ele no momento da liquidação do programa. Com relação aos tributos incidentes na entrega das ações, cuja responsabilidade seja do participante do plano, a C&A poderá reter e descontar a parcela correspondente a esses tributos da quantidade total de ações, entregando ao executivo somente a quantidade líquida de ações após esta retenção.

25.1. Premissas

	Outorgas 2023	Outorgas 2024	Outorgas 2025	Outorgas 2026
	Lote único	**Lote único**	**Lote único**	**Lote único**
Modelo de precificação	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo
Rendimento dos dividendos	0,00%	0,00%	0,00%	2,84%
Taxa livre de risco	12,97%	11,00%	13,38%	14,37%
Preço da ação considerado	4,98	9,50	17,47	9,60
Prazo de vida esperado	10/05/2026	18/04/2027	28/05/2028	11/05/2029
Valor justo na data da mensuração	5,29	10,20	19,71	8,69
Volatilidade anualizada esperada	66,50%	65,04%	66,16%	58,01%

Para o cálculo da volatilidade esperada dos retornos foi utilizado o histórico de volatilidade do grupo de pares formado por companhias de negócios similares às operações da C&A. A metodologia de cálculo utilizada foi desvio padrão dos retornos diários das ações dessas Companhias.

25.2. Detalhamentos dos programas:

Programa	Data da outorga	Término da carência	Saldo de ações outorgadas	Valor justo (R$)	Vigência contratual remanescente (meses)	Resultado 30/09/2026 (Principal + encargos)	Resultado 30/09/2025 (Principal + encargos)	Despesas a incorrer (principal)
2023	10/05/2023	10/05/2026	-	5,29	-	(4.566)	36.630	-
2024	24/05/2024	18/04/2027	1.797.484	10,20	6,7	5.342	9.446	3.357
2025	26/05/2025	28/05/2028	1.349.398	18,75	20,2	6.806	2.895	13.117
2026	27/07/2026	11/05/2029	1.874.747	8,69	31,8	1.265	-	13.137
			5.021.629		**Total**	**8.847**	**54.688**	**29.611**

As despesas de pagamentos baseados em ações, liquidáveis em instrumentos patrimoniais são registradas como despesa de pessoal, administrativa e de vendas, e tem como contrapartida a conta reserva de capital – ações outorgadas. A quantidade de ações é ajustada de acordo com as prescrições e/ou taxa de saída e pelo atingimento das metas de não mercado.

Os encargos com despesas de pessoal foram calculados com base no valor da ação da data de reporte e da quantidade de ações a serem outorgadas na data base de 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025. Para o cálculo dos encargos, a quantidade é ajustada pelas prescrições, taxa

de saída e pelo atingimento da performance. Esses montantes estão contabilizados no Passivo, no grupo de Obrigações Trabalhistas.

25.3. Movimentação das quantidades de ações por programa:

Programa	Outorgas 2022	Outorgas 2023	Outorgas 2024	Outorgas 2025	Outorgas 2026	Total
Saldo em 31/12/2024	2.673.925	4.195.059	1.890.347	-	-	8.788.032
Outorgadas	37.488	-	-	1.435.996	-	1.473.484
Prescritas	-	(16.583)	(11.484)	-	-	(56.768)
Exercidas	(2.711.413)	-	-	-	-	(2.711.413)
Saldo em 31/12/2025	-	4.178.476	1.878.863	1.435.996	-	7.493.335
Outorgadas	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.874.747**	**1.874.747**
Prescritas	**-**	**(104.903)**	**(81.379)**	**(86.598)**	**-**	**(272.880)**
Exercidas	**-**	**(4.073.573)**	**-**	**-**	**-**	**(4.073.573)**
Saldo em 30/09/2026	**-**	**-**	**1.797.484**	**1.349.398**	**1.874.747**	**5.021.629**

26. Receita líquida

26.1. Política contábil

As receitas de contratos com clientes são reconhecidas à medida em que ocorre a transferência do controle dos produtos aos clientes, representada pela capacidade de determinar o uso dos produtos e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios restantes provenientes dos produtos. Para isso, a Companhia utiliza o modelo de 5 etapas: (i) identificação dos contratos com os clientes, (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos, (iii) determinação do preço da transação, (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

Considerando esses aspectos, a receita é registrada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo impostos, encargos sobre vendas, descontos e abatimentos.

26.1.1. Venda de mercadorias

A receita de venda de mercadorias, realizadas à vista ou a prazo, é reconhecida quando a Companhia cumpre sua obrigação de desempenho, o que ocorre com a transferência do controle da mercadoria ao cliente. Nas vendas a prazo, a receita é reconhecida pelo seu valor presente, calculado com base na taxa SELIC, sendo a diferença entre o valor nominal e o valor presente reconhecida como uma redução da receita. A reversão do AVP é registrada como receita operacional de acordo com a fluição do prazo.

26.1.2. Receita de comissão de produtos e serviços financeiros

A receita de serviços financeiros é composta pelos juros das vendas parceladas e os juros por atraso da carteira originada na SCD – C&A Pay ("SCD") e cedida ao FIDC - C&A Pay. As receitas são reconhecidas conforme o regime de competência, ou seja, no período a que se referem, desde que seja provável o seu recebimento. As operações com encargos financeiros pré-fixados são atualizadas pro rata dia.

A receita de prestação de serviços é composta pela comercialização de seguros aos clientes e outros produtos e serviços. É reconhecida quando o serviço é efetivamente prestado, caracterizando o cumprimento da obrigação de desempenho pela Companhia.

26.2. Composição da receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	**30/09/2025**	**30/09/2026**	**30/09/2025**
Venda de mercadorias	**7.589.183**	7.399.576	**7.592.455**	7.399.717
Cancelamentos e trocas	**(474.719)**	(421.771)	**(474.719)**	(421.771)
Impostos sobre vendas de mercadorias	**(1.780.621)**	(1.732.708)	**(1.780.621)**	(1.732.708)
Receita líquida com venda de mercadorias	**5.333.843**	5.245.097	**5.337.115**	5.245.238
Receita de comissões, serviços e produtos financeiros (a)	**24.972**	81.946	**255.793**	281.749
Impostos sobre comissões e serviços	**(3.591)**	(11.206)	**(8.037)**	(15.581)
Receita líquida com prestação de serviços	**21.381**	70.740	**247.756**	266.168
	5.355.224	5.315.837	**5.584.871**	5.511.406

(a) Trata-se das operações de financiamento do C&A Pay.

27. Resultado por natureza

27.1. Despesas com vendas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	**30/09/2025**	**30/09/2026**	**30/09/2025**
Pessoal	**(573.043)**	(552.482)	**(581.611)**	(560.574)
Material/serviços de terceiros	**(280.219)**	(259.865)	**(308.867)**	(287.337)
Ocupação	**(328.301)**	(296.139)	**(328.301)**	(296.139)
Amortização direito de uso	**(241.091)**	(236.328)	**(241.091)**	(236.328)
Depreciação e amortização	**(128.333)**	(105.479)	**(128.333)**	(105.479)
Publicidade e Promoção	**(157.302)**	(123.576)	**(157.302)**	(123.576)
Tarifas e serviços bancários	**(104.478)**	(110.908)	**(65.079)**	(72.713)
Serviços de tecnologia	**(41.509)**	(36.190)	**(41.509)**	(36.190)
Outros (a)	**(56.547)**	(70.242)	**(66.539)**	(81.594)
	(1.910.823)	(1.791.209)	**(1.918.632)**	(1.799.930)

(a) Contempla substancialmente incentivos de venda, comissões e outras despesas de menor valor.

27.2. Despesas gerais e administrativas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	**30/09/2025**	**30/09/2026**	**30/09/2025**
Pessoal	**(304.705)**	(334.966)	**(305.535)**	(335.781)
Material/serviços de terceiros	**(124.506)**	(124.962)	**(124.617)**	(125.063)
Depreciação e amortização	**(147.937)**	(150.474)	**(147.937)**	(150.474)
Amortização direito de uso	**(20.701)**	(18.337)	**(20.701)**	(18.337)
Serviços de tecnologia	**(36.957)**	(23.690)	**(36.957)**	(23.690)
Ocupação	**(9.438)**	(9.204)	**(9.438)**	(9.204)
Outros	**(51.373)**	(41.048)	**(51.429)**	(41.067)
	(695.617)	(702.681)	**(696.614)**	(703.616)

27.3. Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas, por natureza

São consideradas outras (despesas) receitas operacionais valores que não estejam relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas da C&A e não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	**30/09/2025**	**30/09/2026**	**30/09/2025**
Baixa de ativos e encerramento de lojas/CDs (a)	**(6.815)**	(810)	**(6.815)**	(1.595)
Créditos e despesas tributárias (b)	**194.554**	10.992	**194.554**	10.992
Reversão (provisão) contingências tributárias (c)	**63.310**	(1.469)	**63.310**	(1.469)
Baixa de arrendamento (d)	**-**	5.860	**-**	5.860
Receita pela cessão dos direitos da carteira Bradescard (e)	**-**	154.275	**-**	154.275
Consultorias Estratégicas	**-**	(5.949)	**-**	(5.949)
Outros	**(10.635)**	(3.098)	**(10.635)**	(3.098)
	240.414	159.801	**240.414**	159.016

(a) Em 2026, considera principalmente provisão de perda de encerramento de loja e em 2025 contempla provisões e reversões de baixa de ativos, descontinuidade de linhas de negócios e multas contratuais;
(b) A recuperação de créditos tributários é demonstrada líquida dos gastos com advogados e consultoria e compreende, substancialmente, créditos de PIS e COFINS no montante de R$201.914. No mesmo período de 2025, o saldo refere-se principalmente a créditos extemporâneos de PIS e COFINS no montante de R$5.856 e a crédito de recuperação do ICMS (novo conceito interpretativo com base em julgado do STJ) no montante de R$4.192.
(c) Em 2026, refere-se substancialmente à reversão de processo tributário de PIS e COFINS no montante de R$80.746, em razão da mudança de prognóstico de perda para possível, e à constituição de provisão de novos processos.(Nota 20.2 (a)).
(d) Baixa de passivo de arrendamento devido à redução de área de imóvel locado.
(e) Refere-se ao reconhecimento pela cessão dos direitos sobre a carteira legada referente ao encerramento da parceria com Bradescard em junho/2025. Valor apresentado está líquido de PIS e COFINS.

28. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	**30/09/2025**	**30/09/2026**	**30/09/2025**
Resultado com Variação Cambial e derivativos				
Empréstimos	**-**	(5.570)	**-**	(5.570)
Compras	**(802)**	(1.126)	**(802)**	(1.126)
	(802)	(6.696)	**(802)**	(6.696)
Receitas Financeiras				
Juros sobre aplicação financeira	**45.065**	96.521	**47.410**	98.467
Atualização monetária sobre créditos tributários (a)	**47.913**	68.625	**47.991**	68.659
Resultado financeiro com títulos e valores mobiliários	**-**	-	**31.017**	26.454
Outras receitas financeiras (b)	**40.772**	13.765	**37.400**	10.758
	133.750	**178.911**	**163.818**	**204.338**
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	**(104.479)**	(147.942)	**(104.479)**	(147.942)
Juros sobre arrendamento	**(139.269)**	(130.789)	**(139.269)**	(130.789)
Despesa financeira de fornecedores – AVP	**(88.729)**	(86.227)	**(88.729)**	(86.227)
Juros com fornecedor Bradescard	**-**	(42.119)	**-**	(42.119)
Atualização monetária sobre impostos e contingências	**(15.153)**	(19.333)	**(15.165)**	(19.335)
Encargos com antecipação de recebíveis (nota 7)	**(53.142)**	(47.369)	**-**	-
Outras despesas financeiras	**(5.207)**	(7.878)	**(5.239)**	(7.906)
	(405.979)	(481.657)	**(352.881)**	(434.318)
Resultado FIDC C&A Pay (c)	**157.386**	92.874	**-**	-
Resultado financeiro líquido	**(115.645)**	(216.568)	**(189.865)**	(236.676)

(a) Contempla o valor de R$37.724 (R$46.972 em 2025) referente à atualização monetária sobre os créditos tributários extemporâneos de PIS/COFINS, deduzidos da tributação pelo PIS/COFINS no montante de R$1.754 (R$2.184 em 2025) vide nota 9.
(b) Contempla deságio na compra de créditos de ICMS. Os valores estão líquidos das taxas de comissionamento.
(c) Refere-se à operação do FIDC C&A Pay, constituído como um fundo de investimento em direitos creditórios, cujas cotas são de titularidade da C&A Modas S.A..

29. Informações por segmentos

A Administração da C&A definiu os segmentos operacionais reportáveis com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas. Os negócios foram classificados em dois segmentos, que são varejo e serviços financeiros. As principais características para cada uma das divisões são as seguintes:

I. Varejo: comércio de artigos de vestuário, perfumaria, cosméticos e relógios, tanto em lojas físicas e quanto por meio do e-commerce.;
II. Produtos e serviços financeiros: operações de crédito ao consumidor e intermediação de venda de seguros através de parceiros e operações próprias relacionadas ao cartão C&A Pay.

	Varejo	C&A Pay Serviços Financeiros	Eliminação	Consolidado
		30/09/2026		
Receita Operacional Liquida (a)	5.342.813	281.584	(39.526)	**5.584.871**
Custos das Mercadorias Vendidas e dos Serviços Prestados (b)	(2.424.841)	(27.870)	27.870	**(2.424.841)**
Lucro bruto	**2.917.972**	**253.714**	**(11.656)**	**3.160.030**
Vendas (a)	(1.509.673)	(79.061)	39.526	**(1.549.208)**
Gerais e administrativas	(520.124)	(7.852)	-	**(527.976)**
Perdas em Créditos, líquidas	-	(108.350)	-	**(108.350)**
Outras receitas operacionais, líquidas	240.414	-	-	**240.414**
Resultado gerado pelos segmentos (sem depreciação)	**1.128.589**	**58.451**	**27.870**	**1.214.910**
Depreciação e amortização	(528.641)	(9.421)	-	**(538.062)**
Resultado financeiro				**(189.865)**
Impostos sobre o lucro				**(137.135)**
Lucro líquido do período				**349.848**

Balanço Patrimonial		30/09/2026		
Total do ativo	**8.729.170**	**1.148.508**	**(1.090.999)**	**8.786.679**
Total do passivo	**4.789.306**	**72.697**	**(15.188)**	**4.846.815**

(a) O valor eliminado de R$39.526 refere-se ao *Merchant Discount Rate (MDR)*, que corresponde à taxa de comissionamento cobrada pela SCD C&A Pay sobre as transações realizadas pela C&A Varejo. Como essa cobrança ocorre entre as empresas do mesmo grupo, o impacto é eliminado quando da consolidação.
(b) O valor eliminado de R$27.870 refere-se ao custo *funding*, que representa a despesa incorrida pelo C&A Pay para financiar o saldo dos clientes. Esse saldo pode incluir valores em atraso, crédito rotativo ou compras com juros. A receita financeira dessa operação é reconhecida no Varejo. No resultado consolidado, tanto a despesa de *funding* quanto a receita associada à essa transação são eliminadas.

		Serviços Financeiros				
	Varejo	**Parceria Bradescard**	**C&A Pay**	**Total Serviços Financeiros**	**Eliminação**	**Consolidado**
				30/09/2025		
Receita Operacional Liquida	5.263.392	29.419	256.896	286.315	(38.301)	5.511.406
Custos das Mercadorias Vendidas e dos Serviços Prestados	(2.466.333)	(268)	(20.814)	(21.082)	20.814	(2.466.601)
Lucro bruto	2.797.059	29.151	236.082	265.233	(17.487)	3.044.805
Vendas	(1.391.031)	(1.396)	(103.997)	(105.393)	38.301	(1.458.123)
Gerais e administrativas	(527.767)	(82)	(6.956)	(7.038)	-	(534.805)
Perdas em Créditos, líquidas	-	-	(97.617)	(97.617)	-	(97.617)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	4.741	154.275	-	154.275	-	159.016
Resultado gerado pelos segmentos (sem depreciação)	883.002	181.948	27.512	209.460	20.814	1.113.276
Depreciação e amortização	(501.731)	(477)	(8.410)	(8.887)	-	(510.618)
Resultado financeiro						(236.676)
Impostos sobre o lucro						(92.127)
						273.855
Balanço patrimonial				**31/12/2025**		
Total do ativo	9.276.413	-	-	1.345.721	(1.303.501)	9.318.633
Total do passivo	5.569.359	-	-	182.192	(139.974)	5.611.577

30. Seguros contratados

A Companhia mantém programa de seguros alinhado à sua estratégia de gestão de riscos, com coberturas consideradas adequadas para mitigar os principais riscos inerentes às suas operações. As coberturas contratadas incluem, dentre outras, riscos patrimoniais (incêndio, raio, explosão e demais eventos cobertos pela apólice patrimonial), estoques, responsabilidade civil, transporte de mercadorias e risco cibernético. Os limites de cobertura são periodicamente avaliados e revisados pela Administração, considerando a natureza, a exposição e a materialidade dos riscos a que a Companhia está sujeita.

Abaixo descrevemos o limite máximo de indenização para cada cobertura:

	Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**
Responsabilidade Civil	**260.000**	302.261
Patrimônio e Estoque	**713.428**	579.010
Transporte	**30.119**	73.085
Risco Cibernético	**50.000**	50.000
	1.053.547	1.004.356

31. Plano de aposentadoria

31.1. Política contábil

A Companhia é patrocinadora da Cyamprev - Sociedade de Previdência Privada, uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como finalidade instituir planos de previdência ao grupo de funcionários de suas patrocinadoras. Em essência, os planos previdenciários patrocinados pela Companhia são estruturados na modalidade de contribuição definida e as contribuições aos planos são feitas pelos participantes ativos e/ou patrocinadora. Os planos também garantem um benefício mínimo pago em uma única parcela por ocasião do término do vínculo empregatício e elegibilidade à aposentadoria. As contribuições ao plano relativas a este benefício mínimo são feitas exclusivamente pela Companhia.

Os planos de benefícios são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos de acordo com o regime de competência.

Conforme CPC 33/IAS19, aprovado pela Resolução CFC nº 1.193/09, o Grupo reconhece um ativo atuarial quando: (a) controla um recurso, que é a capacidade de utilizar o excedente para gerar benefícios futuros; (b) esse controle é o resultado de acontecimentos passados (contribuições pagas pela entidade e serviço prestado pelo empregado); e (c) estão disponíveis benefícios econômicos futuros para o Grupo na forma de redução em contribuições futuras.

31.2. Plano de aposentadoria

No período findo em 30 de setembro de 2026, o Grupo contribuiu com R$ 3.237 (R$ 979 em 30 de setembro de 2025) aos planos, contabilizados como despesa no resultado do exercício. O total de empregados participantes dos planos em 30 de setembro de 2026 é de 3.086 participantes (3.400 em 30 de setembro de 2025), tendo 217 participantes assistidos (207 em 30 de setembro de 2025).

Em 30 de setembro de 2026, o valor justo dos ativos do plano relacionados ao benefício mínimo, supera o valor atuarial presente das obrigações acumuladas de benefícios em aproximadamente R$ 3.174 (R$2.247 em 31 de dezembro de 2025).

32. Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado dividindo-se o lucro/(prejuízo) atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (o denominador) durante o exercício. Ações em tesouraria são excluídas da contagem enquanto permanecerem na posse da Companhia, independentemente de sua destinação. Isso inclui tanto o excedente de tesouraria quanto as ações comprometidas com o plano que ainda não foram entregues.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro/(prejuízo) líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação. O único instrumento financeiro que proporciona diluição se refere ao plano de remuneração baseado em ações, cujos detalhes estão descritos na Nota 25.

O quadro a seguir apresenta a determinação do resultado líquido disponível aos detentores de ações ordinárias e a média ponderada das ações ordinárias em circulação utilizadas para calcular o lucro básico e diluído por ação em cada período apresentado:

Resultado básico por ação	**30/09/2026**	**30/09/2025**
Lucro líquido do período	**349.848**	273.855
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	**300.640.223**	302.914.334
Lucro básico por ação - R$	**1,1637**	0,9041

Resultado diluído por ação	**30/09/2026**	**30/09/2025**
Lucro líquido do período	**349.848**	273.855
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	**300.640.223**	302.914.334
Ações dilutivas – total das outorgas	**3.228.364**	7.433.064
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias diluídas	**303.868.587**	310.347.398
Lucro diluído por ação - R$	**1,1513**	0,8824

33. Transações que não envolveram caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de setembro de 2026 e 2025, as seguintes transações de investimento e financiamento representam ajustes ao fluxo de caixa:

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2026	**30/09/2025**
Aquisição de bens do ativo imobilizado	**30.648**	(49.719)
Aquisição de intangível	**17.104**	(13.810)
Novos contratos de direito de uso e arrendamento	**73.033**	27.014
Remensuração de direito de uso e arrendamento	**231.236**	214.020
Transferência de intangível para direito de uso	**22.647**	-

34. Eventos subsequentes

34.1. Emissão de debêntures e pré-pagamento de dívidas

Em 22 de outubro de 2026 a C&A Modas S.A. concluiu a emissão da 5ª (quinta) debênture simples, não conversível em ações, da espécie quirografária, em série única, no montante de R$ 500.000 Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescida de spread (sobretaxa) de 0,80% ao ano.

Em decorrência da conclusão da 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, realizada em 22 de outubro de 2026, a Companhia efetuou, em 27 de outubro de 2026, o pré-pagamento da dívida prevista na destinação dos recursos líquidos obtidos na emissão, conforme estabelecido na escritura.

Os recursos captados na emissão, somados a recursos próprios da Companhia, foram integralmente destinados ao pré-pagamento de R$519.156 em dívida da 3ª emissão de debêntures.

34.2. Alíquota de referência da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)

Em 28 de outubro de 2026, o Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou o cálculo da alíquota de referência da CBS para o exercício de 2027, fixada em 11,3%, nos termos da Lei Complementar nº 214/2025. O cálculo será submetido ao Senado Federal, que deverá fixar a alíquota por meio de resolução. Na ausência de deliberação no prazo legal, prevalecerá a alíquota calculada pelo TCU.
Trata-se de evento subsequente que não origina ajustes nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de 30 de setembro de 2026. A Companhia está avaliando os efeitos da alíquota sobre suas operações, incluindo a formação de preços, o aproveitamento de créditos e a realização dos saldos de PIS e COFINS a recuperar (Nota 9). Até a data de autorização para emissão destas informações, não é praticável estimar esses efeitos, pois a alíquota ainda depende de fixação definitiva pelo Senado Federal.